

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 078

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 053ª-A SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Pastor Edson Praczyk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/267/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, Projeto de Lei

nº 539/2001, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº CL/SEEG/285/2002, do senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, projeto de Lei nº 041/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/211/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/212/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/213/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria dos deputados Serafina Carrilho e Antonio Carlos Baratter, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEG/214/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/215/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/216/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/218/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/219/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/266/2002 do senhor Governador do Estado comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 912/2002, da senhora Maria Tereza Uille Gomes, procuradora geral de Justiça do Ministério Público do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, e respectiva justificativa, dispondo sobre a criação da gratificação especial de produtividade dos servidores do Ministério Público do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/282/2002, do senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, Projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/283/2002, do senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, Projeto de Lei nº 084/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG/217, 220, 223, 225 e 226/2002 do senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

678/2001 - de autoria do deputado Nereu Moura, que denomina de Vereador Alci Francisco Téu a PR- 471, do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo Distrito de Guaporé até a cidade de Campina da Lagoa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.567. **Anote-se - Arquite-se.**

006/99 - de autoria do deputado Sergio Spada, que dispõe que os cinemas localizados no Estado do Paraná deverão projetar informações sobre os pontos turísticos paranaenses, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.568. **Anote-se - Arquite-se.**

693/2001 - de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga pelo prazo de 02 (dois) anos, os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.570. **Anote-se - Arquite-se.**

324/2002 - de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Estado do Paraná a renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTAL's) emitidos pelo Estado de Alagoas, conforme especifica o qual convertido em Lei tomou o nº 13.569. **Anote-se - Arquite-se.**

223/2002 - de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe que a Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719/97, e a Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 11.737/97, ambas alterada pela Lei nº 12.560/99, passam a vigorar conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.572. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº DTC-C/295/2002/DTC do senhor José Roberto Gomes Paes Leme, diretor técnico - comercial

da Companhia Paranaense de Gás- Compagas, apresentando a declaração de bens e direitos que constituem o seu patrimônio. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO CIRCULAR Nº 007/2002/AP/GP

Curitiba, 24 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Convidamos V. Exa. a participar da segunda Audiência Pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, exigido por este instituto quando da solicitação de Licenciamento Ambiental, relativo ao Sistema de Esgotamento Sanitário, na faixa litorânea - Matinhos, Pontal do Paraná e Subistemas da Ilha do Mel.

A referida Audiência será realizada no dia 17 de junho de 2002, às 19 horas, no SESC - Matinhos, sito à Rua Doutor Pinto Rebelo Júnior nº 91, município de Matinhos/PR.

Solicitamos seus préstimos no sentido de dar conhecimento aos demais deputados desta Casa de Leis, da referida audiência, bem como, contamos com a sua participação.

Respeitosas saudações.

(a) MARIO SÉRGIO RASERA

Diretor Presidente do IAP

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM, a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 12 de junho do corrente do Projeto de Resolução nº 009/02, que constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os crimes ocorridos na Região Metropolitana de Curitiba e o assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(aa) WALDIR PUGLIESI, IRINEU COLOMBO, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, CEZAR SILVESTRI, RICARDO CHAB, SERAFINA CARRILHO, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, MARCOS ISFER, ADEMIR BIER, ORLANDO PESSUTI E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 364/2001, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste.

O Projeto de Lei nº 353/2000, com matéria idêntica foi vetado em 11.01.2002, pelo senhor Governador do Estado. E a Proposição nº 27/2002, que dispõe sobre o referido veto, ainda não foi apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Para que esta Casa não cometa o grave erro de enviar à sanção governamental projeto com similitude a outro vetado recentemente, entendemos que o Projeto de Lei nº 364/2001, não poderá retornar à Ordem do Dia, enquanto a Proposição-Veto nº 27/2002, não for apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(aa) ORLADO PESSUTI

RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 164/2002, item 19, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 077/2002, item 16, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 129/2001, item 08, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 224/2000, item 03, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvi o douto Plenário, a prorrogação do prazo para a entrega de Emenda para o Projeto de Lei nº 221/2002, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2003, até o dia 14/06/2002.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, que seja destinado o horário do Grande Expediente do dia 12/06 - quarta-feira, para explanação do reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 640/2001 e 87/2002, que criam programa de aproveitamento de alimentos não consumidos.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1578

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do

Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 358 e 389/2002, que dispõem sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nilson Saldeira, vereador do município de Francisco Alves, ocorrido ontem, dia 10 de junho de 2002.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem ao vereador Nilson Saldeira, que faleceu prematuramente aos 42 anos de idade, em decorrência de assalto em sua própria residência.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: Rua Jorge Ferreira, s/n - CEP.: 87.570000 - Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1572

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente (A/C - Flávia Corandi - Avenida São Paulo s/n - CEP.: 85485-000) com votos de profundo pesar à Sra. Agta Corandi, pelo falecimento do seu esposo, Sr. Avelino Corandi, do município de Três Barras do Paraná-PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Avelino Corandi, deixou consternada a população de Três Barras do Paraná. Há muitos anos residindo no município, marido, pai e avô exemplar, deixará em todos os seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparáveis. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O Sr. Avelino soube em vida cativar simpatia e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de pesares à família Nervis, em decorrência do falecimento da Sra. Gema Agostini Nervis, ocorrido no dia 29 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesares à família Grassi, em decorrência do falecimento da Sra. Deonilde Debona Grassi, ocorrido no dia 31 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Raimundo Braz, padre da Paróquia da cidade de Matinhos.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O padre Joaquim Raimundo Braz, que morreu no último dia 03 de junho, aos 42 anos. Mineiro de Cordislândia, o padre Joaquim estava em Matinhos desde 1990. Sua atuação foi importante na restauração da antiga Igreja de São Pedro, construída nas décadas de 30 e 40, mas que estava em péssimo estado de conservação. Também foi dele a iniciativa de construir a atual igreja matriz, erguida ao longo da década passada. Por esses feitos, o padre foi eleito cidadão honorário de Matinhos, em 1992, e do Paraná, em 1995. Conduzia de modo animado a celebração das missas, através de belíssimas músicas. Chegou até a escrever três livros: Deus é mãe (1996), Depressão (1996) e Pânico (1996).

Com toda a certeza iremos sentir muito a falta de seu maravilhoso feito de promover o bem.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Gunther Herbert Hoffmann, diretor-presidente da Claspar.

Outrossim, requer comunicação do feito à Empresa de Classificação de Grãos do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Gunther Herbert Hoffmann, que morreu no último dia 02 de junho, aos 68 anos, era das pessoas de maior carisma e inteligência de nosso Estado. Formado em engenharia agrônoma, trabalhou em vários setores da economia, foi diretor das lojas Prosdócimo e do Consórcio Nacional Prosdócimo e, nos últimos sete anos, atuou como diretor-presidente da Clasper, Empresa Paranaense de classificação de grãos do Governo do Paraná.

Deixa viúva Elisete Prosdócimo Hoffmann e os filhos Carlos Hoffmann Neto, Christianne Hoffmann Piaskowski e Cláudio Prosdócimo Hoffmann. Exerceu de modo magnífico todas as atividades de que se ocupou, principalmente, nos anos em que esteve à frente da Clasper.

Com certeza, todos os paranaenses, de modo direto ou indireto, sentiram a perda desse maravilhoso cidadão que sempre empenhou todos os seus esforços para a construção de uma sociedade mais digna para todos nós.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do padre Joaquim Raimundo Braz, ocorrido em 03 de junho do corrente, no município de Matinhos nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus fiéis, familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aramis Biscaia, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba pela passagem de seus 150 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Professor Clemente Ivo Juliato, curador da Santa Casa, para que receba e transmita a todos os diretores, médicos, enfermeiros e todo o corpo de auxiliares, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, completou ontem, 150 anos de sua fundação.

Em 09 de junho de 1852, foi fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, completando agora 150 anos.

Trata-se de um dos hospitais mais antigos do Paraná. A Santa Casa se caracteriza pelo atendimento aos pacientes carentes que só dispõem do Sistema Único de Saúde (SUS) - 80% do atendimento efetuado - e pela filantropia. Uma das conquistas dos 150 anos de vida é o pioneirismo na realização de transplante de válvulas cardíacas no Brasil.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, inaugurou ontem alguns dos espaços restaurados do Hospital de Caridade, sendo dez salas do Hospital, inclusive a inauguração de um museu que abrigará objetos e móveis utilizados desde a época de D. Pedro II, foram inaugurados novos leitos de U.T.I. e lançado um selo dos Correios em homenagem à Santa Casa.

A Irmandade da Santa Casa é composta pelo Hospital de Caridade, que situa-se na Praça Rui Barbosa e oferece 239 leitos, e o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, que tem 610 leitos, e completará 100 anos no dia 25 de março de 2003.

Quando da inauguração do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, teve a honrosa presença de Dom Pedro II e Dona Thereza Cristina Maria, lavrando-se na ocasião a Ata que foi iniciada com as assinaturas daquelas duas autoridades imperiais. O original dessa Ata está nos arquivos da Santa Casa.

No decurso desses 150 anos, 40 provedores tiveram em suas mãos, as responsabilidades de dirigir os destinos da Irmandade. Cada um a seu tempo e condições dedicou o melhor de suas forças e inteligência para per-

mitir que até o dia de hoje a Irmandade venha cumprindo sua missão: “Atender os desvalidos indigentes que a ela recorrem”.

Quando da inauguração do Hospital há 150 anos, contava apenas com três médicos e hoje conta com cerca de 200 médicos trabalhando diuturnamente.

Não há palavras que traduzam a alegria deste deputado e a satisfação, neste momento, feliz ao redigir este requerimento para que fique gravado para a posteridade nos anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

150 anos, em que se concretiza um sonho de tão longa data, acalentado por todos os corações bem formados.

Administrar e conservar um hospital onde o povo encontre socorro e alívio para as suas dores, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar todos aqueles que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo paranaense, como um estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam e sabem sacrificar algo de seu. Deus lhes há de levar à conta tão nobre ação.

Mais uma vez, aos heróicos realizadores de todos os tempos da nossa Santa Casa de Misericórdia, os sinceros parabéns do povo que representamos nesta terra.

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de congratulações à Foz Tintas, na pessoa do Sr. Valentin Nadal da Silva (compadre Valentin), pela inauguração do Centro de Treinamento, ocorrida no dia 06 de junho de 2002.

O Centro de Treinamento, localizado no Jardim Lancaster no município de Foz do Iguaçu, é uma iniciativa da Foz Tintas em parceria com o Senai e com diversos fornecedores, que tem o objetivo de oferecer cursos de qualificação na área de pintura automotiva. O curso é dividido em duas etapas. Em um primeiro momento o aluno receberá, dentro do Centro, conhecimento teórico juntamente com aplicações práticas. Posteriormente, passará a ser acompanhado em seu local de trabalho, por técnicos que estarão avaliando seu desempenho na aplicação do que aprendeu nas aulas teóricas. Depois de concluída as duas etapas o aluno receberá um certificado com o selo do Senai, comprovando sua qualificação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Juizado Arbi-

tral de Medianeira pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo.

Fazem parte do Corpo de Juízes do Tribunal Regional de Conciliação, Mediação e Juizado Arbitral de Medianeira os Srs.: Aldair José Ghiotto, Ari Cezar Dias Ramos, Carlos Dias Alves, Elías Carrer, Guido Jacó Steffens, José Waldir Corrêa Antunes, Jorge Luiz Dondoni, Luiz Carrer, Marcelo Buzato, Marcos Andrade, Ricardo Inácio Alexius, Roberto Antonio Sonogo, Ronald da Cunha, Tarcísio Miguel Koch, Rosari Luis Bedin e as Sras.: Brígida Aparecida Pereira, Cristiane Nunes de Oliveira, Joseane Dondoni da Costa e Ofélia B. da Silva.

O Tribunal Arbitral tem por finalidade a solução de controvérsias resultantes de transações que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis. A Justiça Arbitral é um meio alternativo de Justiça Estadual, que soluciona seus litígios a partir de mecanismos extrajudiciais, modernos, eficazes e totalmente neutros, caracterizados por sua celeridade, informalidade, imparcialidade, sigilo, democracia e confiança.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, voto de congratulações e aplauso a Constantino Júnior, presidente da Gol Linhas Aéreas, pela instalação de vôos entre as cidades de Maringá e Curitiba.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Sr. Constantino Júnior, na rua Dom Jaime de Barros Câmara, 300, CEP: 09805-400 - São Bernardo do Campo-SP.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Ilmo. Sr. Constantino Júnior vem demonstrando toda a sua habilidade como empresário. O último grande feito desta saudosa pessoa foi a instalação de vôos entre as cidades de Maringá e Curitiba, este vem a facilitar muito a vida de empresários das duas cidades em relação a suas atividades econômicas, além de dinamizar muito o turismo, pois será mais um meio dos brasileiros chegar à majestosa cidade de Maringá. Com este ato, Constantino colocou Maringá entre as cidades mais importantes do Brasil e desse modo valorizando ainda mais nosso Estado. Esta mui digna pessoa mais uma vez demonstrou como está dedicando seus esforços para o progresso do Paraná e de seus cidadãos.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Termotécnica, pela comemoração de seus 41 anos.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Termotécnica está comemorando seus 41 anos. Líder nacional na transformação de isopor, recebeu em 2000 o prêmio Top de Marketing da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. Além das embalagens a empresa produz também isopor em blocos, usados em decorações, indústrias de refrigeração e construção civil. A Termotécnica tem também uma linha de produtos próprios desenvolvidos em isopor, como conservadoras, baldes para gelo, pranchas, caixas e potes para alimentos.

A Termotécnica foi criada em 1961 em Joinville - SC. A empresa fazia parte do grupo Tupy, que na época partia para a diversificação de seus negócios. A princípio a empresa se dedicou à fabricação de blocos de isopor para a indústria de refrigeração e construção civil. Já na década de 60, evoluiu para produtos de consumo e no início dos anos 80 entrou no segmento de embalagens industriais - hoje a principal linha de produtos.

À medida em que fazia crescer a sua participação no mercado, a Termotécnica foi ampliando a sua estrutura produtiva. Ainda nos anos 70 abriu uma fábrica no Rio de Janeiro - posteriormente transferida para Contagem (MG). No final dos anos 80 comprou uma unidade de Manaus e, em 1995 concluiu a construção de uma quarta unidade industrial, em São Paulo (SP).

A Empresa emprega atualmente cerca de 600 funcionários nas suas 4 unidades e possui certificado ISO 9002, em todas as suas fábricas.

Ao longo destes 41 anos, muitos foram os desafios enfrentados e vencidos com muito trabalho e dedicação incansáveis, com a determinação de quem acredita que o futuro só pode ser construído com suor e fé.

Pela comemoração de seus gloriosos 41 anos, receba a Empresa Termotécnica, através de seu Presidente - Sr. Albano Schimidt (Rua Albano Schimidt, 2756 - 89206-001 - Joinville/SC) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Diário Popular, pela realização do Troféu Chuteira de Ouro 2002.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Numa bonita solenidade realizada em data de 03 de junho em Santa Felicidade, o jornal Diário Popular fez a entrega do tradicional Troféu Chuteira de Ouro 2002 às

pessoas que mais se destacaram na área desportiva (Campeonato Paranaense 2002).

O campeonato paranaense apresentou este ano grandes revelações, além de confirmar talentos e fazer a galera explodir de alegria nos campos do nosso Paraná. Merecidas foram as premiações como o Troféu Chuteira de Ouro, que há 26 anos vem agraciando os heróis dos nossos gramados.

O troféu é um verdadeiro "Oscar do Futebol Paranaense" e recebê-lo é um grande orgulho. Sua realização já tradicional é muito esperada por todos os participantes, sempre em grande número, já que é bastante famoso.

Ao jornal Diário Popular, pela realização do Chuteira de Ouro 2002, através de seu diretor-presidente Sr. Abdo Aref Kudri (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade, pela comemoração de seus 56 anos.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Conselho Federal de Contabilidade - CFC está comemorando seus 56 anos. Fundado em 27 de maio de 1946, pelo decreto-Lei nº 9.295, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o Conselho foi um divisor de águas na profissão contábil do Brasil, pois a partir daí foi possível planejar a profissão, com exigência de qualificação e qualidade.

A contabilidade é uma das atividades mais antigas da humanidade, pois se desenvolveu em sintonia com o comércio e governos. No Brasil ela acompanhou a vida patrimonial e econômica desde o período colonial, mas a obrigatoriedade de registro profissional foi estabelecida a partir de 1925, ano da criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

Atualmente todas as empresas e organizações são obrigadas a ter um contabilista responsável e os profissionais ativos hoje somam 350 mil e os escritórios contábeis 60 mil. O Conselho Federal de Contabilidade com sede em Brasília tem função normativa e ética da profissão.

Pela comemoração dos gloriosos 56 anos do Conselho Federal de Contabilidade, receba o seu presidente - Sr. José Serafim Abrantes (SAS - Quadra 5 - Bloco J - Edifício CFC - CEP 70070-920 - Brasília/DF) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Paranaense de Reabilitação APR (Chapa Novo Milênio) pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Chapa Novo Milênio, vencedora da eleição da Associação Paranaense de Reabilitação - APR, para a gestão 2002/2005, deverá assumir os trabalhos daquela instituição, dando continuidade ao que brilhantemente tem sido feito até agora. A nova diretoria ficou assim composta:

- Presidente: Cadri Massuda
- Vice-Presidente: Leopoldino de Abreu Neto
- 1º Secretário: Nelson Rodrigues
- 2º Secretário: Edmundo Tacla
- 1º Tesoureiro: Mamed Mourad
- 2º Tesoureiro: Paulo Roberto A Padilha
- Diretor Jurídico: Antônio Andrigeto
- Diretor de Patrimônio: Henrique Alexandre Ruprecht

- Diretor de Publicidade: Desidério Ugo Zambon

CONSELHO CONSULTIVO:

Titulares:

- Algaci Tulio
- Shizuka de Oliveira Campos
- Regina Ester Pires Gomes Cruz
- Olavo Viane Franschischett Nunes
- Mac Lovio Solek
- Leda Lúcia Steffen
- Jorge Lazier

SUPLENTE:

- Maria de Lourdes C. San Roman
- César Augusto Scuissiatto
- José Carlos Kleina
- Gisele Cristina da Silva
- Jairo Fantin
- Neozeli Marilda Martins
- Maria de Fátima R. Alencar

CONSELHO FISCAL:

- Agostinho Saldanha de Loyola
- Silvine Chuvery
- Antonio Borges dos Reis
- Celso Oliveira Gomes
- Victorino da S. Chuvery
- Antonio Carlos de S. Batista

Pela posse de sua nova diretoria, receba a APR os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Núcleo Setorial dos Centros de Formação de Condutores da Cidade de Cascavel, pela sua criação.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi criado recentemente o Núcleo Setorial dos Centros de Formação de Condutores da cidade de Cascavel. Com o objetivo de auxiliar na melhoria do trânsito brasileiro, o grupo conta com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) e do Sebrae/PR.

Fazem parte do Núcleo Setorial de CFC's de Cascavel as seguintes empresas:

- Centro de Condução de Condutores Alerta
- Centro de Condução de Condutores Charm
- Centro de Condução de Condutores Nacional
- Centro de Condução de Condutores Paraná
- Centro de Condução de Condutores Pra Frente Brasil
- Centro de Condução de Condutores São Judas Tadeu
- Centro de Condução de Condutores Senna
- Centro de Condução de Condutores Universal

Ao Núcleo Setorial dos Centros de Formação de Condutores da cidade de Cascavel (Av. Toledo, 247 - 85810-230 - Cascavel/PR), através de seu coordenador, senhor Jerry Luís Sperandio, pela sua criação, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Paraná, alusivo à comemoração do Dia do Caminhoneiro, que será comemorado no dia 30 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor presidente Diumar Bueno, a ser encaminhado na Rua Vicente Michetto, nº 3450 CIC - CEP 81460-010, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, 11.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à bióloga e escritora Sandra Mara Pereira de Queiroz, alusivo ao lançamento do livro "Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas", que será lançado no dia 19 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, na Rua Emiliano Pernet, 174 - 1º andar - CEP 80010-050, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná, alusivo à comemoração do Dia da Telefonista, que será comemorado no dia 29 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor presidente Eugênio Popena, a ser encaminhado na Rua Dr. Muricy, nº 81, CEP 80010-120 Curitiba Paraná.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Química da Nona Região, alusivo à comemoração do Dia do Químico, que será comemorado no dia 18 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor presidente Alsedo Leprevost, a ser encaminhado na Rua Monsenhor Celso, nº 225, 5º andar - CEP 80010-150- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Lauro Almeida e Nilcioneide Fernandes Almeida, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar

vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que no dia 09 de junho comemora 150 anos de existência. Exemplar instituição, que por um século e meio pontificou no atendimento aos carentes e que recentemente ao ter sua administração entregue à PUC do Paraná, tornou-se ainda melhor, como centro de excelência médica, campo de estágio e hospital universitário. Hoje, temos na Santa Casa de Curitiba, um hospital modelo, atendendo aos carentes e todos aqueles que a procuram, com tudo que há de melhor no campo médico.

Que estes cumprimentos sejam encaminhados ao grande e magnífico Reitor da PUC e Provedor da Santa Casa de Curitiba, irmão doutor Clemente Ivo Juliato, grande figura humana, qualificado e sensível aos problemas que a comunidade precisa ser atendida!

Não se pode esquecer a contribuição esmerada do doutor Luiz Salim, diretor médico e executivo da Santa Casa, profissional renomado, presidente do CRM, com uma grande folha de serviços prestados ao Paraná e que hoje empresta seu talento e sua capacidade na gestão operacional da Santa Casa de Curitiba, cujos 150 anos saudamos, em nome de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor à Associação Comercial, Cultural, Industrial e Agropecuária de Ponta Grossa - ACIPG, pela comemoração de seus 80 anos, em nome do seu atual presidente, senhor Renato Gomes Napoli.

Esta iniciativa altamente louvável, deve-se ao fato das comemorações pela passagem do aniversário de fundação da maior entidade empresarial da cidade de Ponta Grossa, que conta hoje com mais de 1000 associados fortalecendo a pujança econômica do dia-a-dia daquela cidade, participando ativamente de todos os períodos desenvolvimentistas da região dos Campos Gerais e que no próximo dia 18 de junho do corrente ano, comemora seus 80 anos lançando um selo comemorativo à data e com sua nova logomarca.

Requer ainda, que seja dado ciência ao senhor Renato Gomes de Napoli, presidente da ACIPG, bem como a toda sua diretoria.

Sala das Sessões, em 11.06.2002
(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Unidade de Negócios do Xisto, a Usina de Xisto da Petrobrás de São Mateus do Sul, que completou, no último dia 1º de junho, 48 anos de existência.

A Usina começou a operar no início dos anos 70, em escala protótipo, sendo ampliada para escala industrial nos anos 80 e produz atualmente 3.800 barris de óleo, 160 toneladas de gás combustível, 45 toneladas de GLP e 75 toneladas de enxofre por dia.

Paralelamente à produção industrial, a Usina de Xisto, tornou-se também, um importante centro de pesquisas e desenvolvimento tecnológico de apoio às atividades do parque de refino da Petrobrás.

Ela mantém 230 empregados diretos e cerca de 600 terceirizados, além de gerar empregos e rendas em atividades decorrentes. É o maior contribuinte regional do ICMS, tendo recolhido ao Tesouro Estadual R\$8 milhões no ano passado.

Sala das Sessões, em 11.06.2002
(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Israel Jaime Reiss, pelos relevantes serviços de solidariedade, espírito público e cidadania prestados à Academia Paranaense de Letras e à sociedade paranaense.

O nosso homenageado, juntamente com a sua querida esposa Manoele Stier Reiss, sempre procurou valorizar a nossa gente, com o maravilhoso trabalho junto à Academia Paranaense de Letras, trazendo enormes divisas de conhecimento ao povo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.06.2002
(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor ao senhor José Bernardo Navarro, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Av. Brasil, nº 697- Caixa Postal 36 - CEP 87900-000- Loanda- PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002
(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor ao senhor Jorge Tadao Tsumanuma, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dada ciência ao homenageado, sito à Rua Goiás, nº 720 - CEP 86690-000 - Colorado-PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002
(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de que seja elaborada lei obrigando a inserção de frases educativas alusivas às normas gerais de circulação e conduta do Código de Trânsito Brasileiro nas propagandas de veículos, de suas partes e peças, combustíveis e lubrificantes que são veiculadas através de qualquer meio de comunicação, em todo o território nacional.

As estatísticas mostram que a cada ano milhares de pessoas são mortas ou mutiladas, vítimas de acidentes de trânsito. Isso mostra que a sociedade não está devidamente preparada para uma convivência harmoniosa com o trânsito de veículos e suas normas.

As últimas pesquisas de comportamento no trânsito constataram várias irregularidades que apontam para a necessidade de realização de programas educacionais.

Mais recentemente, no dia internacional do meio ambiente, foram retiradas toneladas de lixo de um único viaduto na BR-277, no sentido Curitiba-Paranaguá, demonstrando que muitos passageiros jogam objetos dos veículos, enquanto transitam naquela via pública. Este é tão somente um exemplo, porque diariamente nos depa-ramos com pessoas jogando lixo nas vias públicas enquanto transitam pelas mesmas com os respectivos veículos.

As normas gerais de circulação e conduta do Código Brasileiro de Trânsito parecem esquecidas e somado, muitas vezes, ao mal estado de conservação de veículos, coloca em risco a vida do infrator e dos demais motoristas e pedestres.

A campanha proposta neste requerimento objetiva conscientizar os condutores e pedestres, colaborando

para mudanças de comportamento no trânsito, o que certamente refletirá em futuras estatísticas.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o aprovado do Plenário, que seja oficiado o senhor secretário de Estado dos Transportes, pedindo para que adote providências objetivando melhorias no trevo de acesso à cidade de Santa Lúcia, pela PR-182.

A presente solicitação é um pleito da comunidade local, que há muito tempo aguarda a melhoria do referido trevo, visto que a sua situação atual oferece muita insegurança para os transeuntes, que precisam, transpor a rodovia, como também, para quem se dirige, com veículo, à cidade antes referida.

Considerando a premente necessidade de melhoria no acesso citado, conclamo aos nobres pares à aprovação da presente matéria.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1571

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências urgentes no sentido de viabilizar a recuperação asfáltica do trecho de 7 (sete) quilômetros que faz a ligação entre a BR-277 e o Distrito de Aurora do Iguaçu, no município de São Miguel do Iguaçu-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito, Sr. Armando Luiz Polita e às entidades: Clube Recreativo Esperança, Clube 3ª Idade Sempre Unidos, Clube de Mães Nosso Lar, Sociedade de Damas Esperança, Capela Nossa Senhora de Fátima e Igreja Evangélica Luterana, através de correspondências a serem encaminhadas para a Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu-PR, e para as entidades relacionadas acima, localizadas no Distrito de Aurora do Iguaçu, em São Miguel do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Prefeitura de São Miguel do Iguaçu, e de diversas entidades da sociedade organizada do Distrito de Aurora do Iguaçu. A referida recuperação se deve ao fato de que o trecho que compreende sete quilômetros, ligados a BR-277 ao Distrito de Aurora do Iguaçu se encontra em péssimo estado de conservação, dificultando

sobremaneira o tráfego de veículos que, aliás é intenso naquela estrada. De acordo com o prefeito Sr. Luiz Armando Polita, a recuperação é de grande importância devido ao grande fluxo de veículos no transporte da safra agrícola, escolar, e de veículos de comunidade que utilizam o trecho do Distrito até a sede do município.

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Professor Orlando Alves Chaves, proximidades do Centro de Treinamento Ricardo Pinto - bairro Portão. Ocorre que no local existem muitos terrenos baldios e não há policiamento e os moradores que trabalham cedo e saem de suas residências por volta de 5h00 correm constantemente riscos de serem assaltados.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Uberaba, os quais solicitam a implantação de um tótem na Rua Atilio Pioto, proximidades do Farol do Saber da Escola Municipal Marumbi, juntamente com uma viatura circulando 24 horas no bairro.

Na esquina das Ruas Atilio Pioto e Olinda Caetani, jovens desocupados se reúnem à noite, observando a movimentação nas residências. Os roubos acontecem frequentemente, motivo pelo qual os moradores pedem rondas ostensivas e preventivas na região.

Sala das Sessões, em 11.06.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da direção e dos pais de alunos da Escola Estadual Otalípio Pereira de Andrade e Escola Municipal Luíza Gonçalves Monteiro, que funcionam no mesmo local, na Estrada do Cerne, km 29 - bairro Bateias - município de Campo Largo, e que solicitam a implantação de um Módulo Policial nas proximidades, ou uma viatura policial fixa, devido à falta de segurança.

Os alunos são diariamente atacados na porta da escola por vândalos, ocasionando inúmeros transtornos,

bem como problemas envolvendo drogas e bebidas alcoólicas. Há alunos que não querem mais estudar devido ao medo que impera no local.

É necessário policiamento urgente a fim de se evitar acontecimentos mais graves e permitir que os alunos possam estudar com segurança.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Elias Abraão, sito à Av. Souza Naves - bairro Cristo Rei, os quais solicitam policiamento ostensivo, principalmente no horário de saída dos alunos, das 11h45 às 12h30, e nas proximidades do Supermercado Pão de Açúcar.

A ocorrência de assaltos aos alunos é freqüente, causando muito medo e apreensão a eles e aos seus pais.

Pode ser até policiais de trânsito que orientem o tráfego, pois mesmo a presença deles pode inibir a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva tome as providências cabíveis em relação ao não atendimento do pedido de informações aprovado em 19/06/2001 nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Comunicação Social, Deonilson Roldo, solicitando o que segue:

01) qual o montante de recursos públicos gastos com publicidade pelo Governo do Estado no primeiro semestre do corrente exercício?

02) Desses valores, destacar separadamente quanto foi gasto com publicidades veiculadas em rádio, televisão e imprensa escrita.

03) Os valores dos contratos firmados no primeiro semestre foram pagos em sua totalidade ou parcialmente?

04) Qual é a previsão de gastos da Secretaria de Estado da Comunicação Social com campanhas publici-

tárias do Governo do Estado, até 31 de dezembro do corrente exercício?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 408/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - ensino de pré a 1º grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - ensino de pré a 1º grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, que tem realizado excelente trabalho no sentido de garantir ampla e efetiva participação da comunidade na formação do educando da Escola Municipal.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 409/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido título de Cidadão Benemérito ao senhor Amilton Stival.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Nascido aos 25 de julho de 1945 na cidade de Curitiba, neste Estado, Amilton Stival é casado com Marlena Massuci Stival e tem dois filhos: Jefferson Luiz Stival e Claudia Helena Stival. Formado em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, iniciou suas atividades profissionais em 1960 na Polícia Militar do Paraná, vindo a ingressar no ano de 1965 na Companhia Força e Luz do Paraná, atualmente Companhia Paranaense de Energia - Copel, seguindo brilhante carreira de

chefia e liderança dentro da mesma até a sua aposentadoria.

Paralelamente às atividades exercidas dentro da Copel, Stival destacou-se como um dos principais nomes das atividades esportivas paranaenses, onde iniciou carreira como jogador amador no C. E. Belmont (Cia. Força e Luz do Paraná), para logo após ocupar diversos cargos como: diretor de futebol (Colorado Esporte Clube), vice-presidente de Futebol (Paraná Clube), diretor-presidente da Paraná Esporte (nomeado pelo governador Jaime Lerner), diretor administrativo e financeiro (Paraná Esporte) e superintendente de Futebol (Malutron S/A).

Dentre as inúmeras revelações feitas por Amilton Stival no período em que atuou no Colorado Esporte Clube e no Paraná Clube estão jogadores de renome nacional e internacional tais como: Dida (Corinthians), Alexandre (Portugal), Pintinho (Itália), Denilson (Internacional), Ricardinho (Corinthians), Paulo Miranda (França), dentre outros.

São inúmeras as conquistas realizadas por esse homem que com muita garra, honestidade e fé contribuiu de maneira honrosa pelo desenvolvimento de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 410/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Conselheiro Mairinck, uma área de terra e benfeitoria nela existente, medindo 3400 m2 (três mil e quatrocentos metros quadrados), registrada sob o nº 19.310, do Livro nº 3-N, às fls. 140, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o *caput* deste artigo, continuará abrigando a sede da Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck e para futuras instalações de um Centro Comunitário e de um Barracão de Geração de Renda.

Art. 2º - O referido imóvel fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Conselheiro Mairinck imóvel situado na sede daquele município.

No referido imóvel está localizada a sede do município de Conselheiro Mairinck, onde estão localizadas as secretarias municipais que atendem a população local.

O senhor prefeito pretende, também, construir um Centro Comunitário naquele imóvel e já conseguiu recursos da União para edificar ali um barracão de geração de renda.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 411/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído como conteúdo das disciplinas relativas à cidadania, nos currículos escolares do Estado do Paraná, o tema "consumo responsável".

Art. 2º - A alteração de que trata o artigo anterior será aplicada a partir do ano letivo subsequente à publicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Foi-se o tempo em que as críticas ao consumo infantil se limitavam às campanhas de desarmamento que exortavam os pais a não presentear os pequenos com revólveres de brinquedo.

Agora, um grupo de eminentes psicólogos americanos, entre eles professores de Harvard, quer que a Associação Americana de Psicologia se oponha ao uso de técnicas psicológicas na propaganda e no marketing, capazes de influenciar as vendas de produtos destinados a crianças. Tais práticas, segundo os psicólogos, caracterizam manipulação e, portanto, conflitam com princípios éticos da profissão. É uma polêmica e tanto no país que sempre valorizou a liberdade de expressão e a livre-empresa.

A preocupação com os excessos do consumismo infantil tem fundamento. Dos anos 50 para cá, as crianças se transformaram na estrela ascendente do mundo do consumo.

Década após década, as mesadas concedidas por pais e avós de classe média dobraram (e triplicaram nos anos 90, segundo estudos conduzidos nos Estados Unidos). O varejo não ficou indiferente a essa permissividade. Prateleiras ao alcance da garotada passaram a ser reservadas para as marcas de guloseimas e de uma gama de versões infantis de produtos para adultos, como xampus e pastas dentais.

É senso comum entre as mães que levam as crianças para as compras: é trabalho e despesa dobrados. Frequentemente são os filhos que indicam itens e informam novidades que os pais nem sabiam que estavam à venda. Aos 7 anos uma criança terá visto 20.000 comerciais. A pré-alfabetização muitas vezes se revela pela identifica-

ção de logomarcas como as da Coca-Cola e do McDonald's na TV.

Acompanhada dos pais, uma criança americana visita cerca de 200 lojas a cada ano. Só com suas economias, elas compraram, em 2001, 35 bilhões de dólares em brinquedos, alimentos, roupas e tênis de grife. Mas será muito superior, na casa dos 300 bilhões de dólares, o volume projetado de gastos domésticos influenciados por crianças.

Inexistem no Brasil levantamentos semelhantes. Guardadas as proporções, é presumível que igual fenômeno se observe por aqui. Não por acaso surgiram, em anos recentes, planos de milhagem e cadernetas de poupança para crianças. Com eles, os bancos e as companhias aéreas querem cevar futuros adultos fiéis às suas marcas e serviços. Essa influência pode também ser medida pelo crescente número de comerciais protagonizados por crianças que promovem todo tipo de produtos: de margarina a automóveis, computadores, hotéis, celulares e até planos de aposentadoria.

É claro que maciços investimentos em pesquisas que exploram o universo dos miniconsumidores e mapeiam seu comportamento de compra ajudam a explicar por que eles se tornaram um alvo preferencial dos anunciantes.

Mas será que restringir as pesquisas, como pretendem os psicólogos americanos, será eficaz para refrear o ímpeto consumista? Vários psicólogos apontam excessos, em parte devido a omissão de pais e educadores. Parte do excesso é gerada pela máquina do consumo.

Podemos citar como exemplo o anúncio recente que apelava para a chantagem emocional, como o bem-humorado comercial da Embratel em que os filhos pressionavam a mãe para fazer interurbanos a parentes distantes com a única intenção de concorrer a viagens para a Disneyworld. A permissividade retratada em anúncios desse tipo já tem origem no meio familiar e social.

O mais realista é adotar nas escolas um programa de educação voltado para o consumo responsável, semelhante aos cursos de educação sexual.

PROJETO DE LEI Nº 412/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Público instituirá o Programa de Formação de Docentes - PFD, destinado a oferecer cursos superiores visando complementar o desenvolvimento profissional, cultural e curricular dos professores estatutários da rede de ensino público fundamental que não tenham formação superior.

Parágrafo Único - O Programa de Formação de Docentes organizar-se-á a partir das bases curriculares dos Cursos de Formação de Professores e por parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, por reflexões propostas por grupos organizados ligados à

educação, pelas Universidades Estaduais e terá como objetivos:

I - estabelecer competências de seus alunos-docentes em problematizar sua realidade de trabalho;

II - refletir sobre sua prática e sobre teorias que fundamentem práticas modernas;

III - ler e compreender as relações interpessoais da contemporaneidade;

IV - desenvolver trabalhos coletivos;

V - incorporar aspectos da tecnologia ao seu trabalho;

VI - entender-se como um pesquisador constante na busca e produção de novos conhecimentos.

Art. 2º - A gestão, coordenação e acompanhamento do Programa de Formação de Docentes - PFD serão feitos pela Secretaria de Estado da Educação, que constituirá Comissão responsável para:

I - elaborar o projeto do Programa;

II - realizar o levantamento dos funcionários que participarão do programa;

III - priorizar os grupos de participantes por tempo de serviço e situação funcional;

IV - organizar uma central de coordenação do programa, com recursos materiais para acompanhamento e avaliação e recursos tecnológicos para produzir e responder demandas de informática, internet e vídeo-conferências;

V - responsabilizar-se pela produção do material de leitura e estudo;

VI - organizar a infra-estrutura de acompanhamento e controle;

VII - discutir com as Universidades conveniadas a organização do curso por módulos;

VIII - propor o ementário, o eixo temático e o conteúdo de cada módulo;

IX - prever e propor, ao longo dos cursos oferecidos, formas diversas de acompanhamento e avaliação qualitativa dos alunos, inclusive de sua frequência;

X - efetuar avaliação no final dos cursos e certificar os formandos.

§ 1º - O PFD será desenvolvido mediante parcerias ou convênios com as Universidades públicas e privadas e com os institutos de ensino superior.

§ 2º - Em qualquer hipótese, o curso oferecido ao docente será gratuito.

Art. 3º - O PFD será desenvolvido por meio de curso, de natureza predominantemente presencial, que terá a duração de 3 (três) anos e a carga horária mínima de 3300 (três mil e trezentas) horas, compreendidas todas as atividades do aluno.

§ 1º - A carga horária anual mínima de 1100 (um mil e cem) horas será composta por aulas regidas pelos docentes das instituições de ensino superior, encontros supervisionados por profissionais da Secretaria da Educação, horas-estágio e horas-estudo.

§ 2º - Pelo menos 30% (trinta por cento) da carga horária anual deverá ser realizada com aulas regidas por docentes das instituições de ensino superior, conforme previsto no § 1º do artigo 2º.

§ 3º - Os encontros supervisionados, promovidos regionalmente ou nos próprios locais de trabalho, devem conter palestras, seminários, vídeo-conferências, debates e oficinas pedagógicas.

§ 4º - As horas-estágio não representarão percentual inferior a 10% (dez por cento) da carga horária anual.

Art. 4º - A matrícula dos docentes no PFD é facultativa.

Art. 5º - O Programa de Formação de Docentes - PFD será iniciado no semestre subsequente à publicação desta lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Não podemos falar em educação de qualidade sem oferecer proposta de qualificação profissional para os trabalhadores da educação.

Conforme dados apurados no Censo Escolar 2000, quase a metade dos professores da Educação Básica, algo como 48,52% não possui curso superior completo. Nas séries iniciais, consideradas as de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, dos 1.044.025 professores em atividade, 830.883 (79,5%) necessitam de formação superior. Da 5ª a 8ª séries, dos 817.038 professores, 233.446 (28,6%) devem ser formados para esse grau de ensino e, no Ensino Médio, dos 438.331 professores, aproximadamente 51.432 (11,7%) ainda não possuem tal qualificação.

É vergonhoso para o Brasil, em pleno século XXI, a falta de estrutura educacional sólida, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano e, conseqüentemente, do país. Enquanto as economias extrapolam fronteiras, com a globalização, ainda discutimos formas de solidificar o ensino fundamental.

A distribuição de renda não acontecerá sem a educação, e a formação dos professores é essencial para acabarmos com a pobreza, garantindo o exercício da cidadania e da soberania nacional.

Um futuro melhor para o jovem paranaense passa pelos bancos escolares e o professor deve estar atuali-

zado, inclusive tecnologicamente, para enfrentar esse desafio.

Nos termos do artigo 23, V, da Constituição Federal, é competência comum da União, Estados e Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Ainda na Constituição Federal, artigo 211, parágrafo 3º, "os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio".

Não resta dúvida que o Estado deve atuar no ensino fundamental, qualificando os docentes para melhorar a qualidade do ensino, priorizando o desenvolvimento do Paraná e do seu povo.

PROJETO DE LEI Nº 413/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Costureiras de Nossa Senhora das Graças - Asconsgra, com sede no município de Nossa Senhora das Graças e foro na cidade e comarca de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Costureiras de Nossa Senhora das Graças, com sede no município de Nossa Senhora das Graças e foro na cidade e comarca de Colorado, entidade que tem por objetivo realizar o bem comum, através do estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais, culturais e desportivas de seus associados. Também visa a aquisição em comum dos insumos necessários à atividade têxtil de seus associados, e a representação dos interesses dos seus associados. Outra atividade importante é a de promover a formação de profissionais habilitados para o ramo de confecção. São essas algumas realizações desta entidade sem fins lucrativos, fundada em 09 de março de 2002, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 414/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a firmar convênio junto aos municípios do Estado do Paraná, passando aos mesmos a responsabilidade pela manuten-

ção, conservação e sinalização das estradas situadas fora do Anel Rodoviário do Estado.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, repassará os recursos para a aplicação da presente lei.

Parágrafo Único - Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, fiscalizar a execução das futuras obras realizadas nas referidas estradas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

As estradas fora do Anel Rodoviário do Estado ficarão melhor conservadas, preservadas e sinalizadas ao passarem a ser de responsabilidade dos municípios que as norteiam. Isto, devido ao fato que aqueles ao necessitarem utilizar-se dela com mais frequência a manterão em bom uso e bem conservadas, com indiscutíveis benefícios sociais e econômicos para seus munícipes.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 415/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet, com sede e foro na cidade de Curitiba / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet, localizado nesta Capital, no bairro do Xaxim, a exemplo de suas congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto à comunidade escolar a que está vinculada.

Procurando apoiar o desenvolvimento integral dos alunos como cidadãos e construir seres humanos dignos junto com os mestres e o auxílio dos pais, a APM vem desenvolvendo atividades diversas, tais como: encontros de funcionários, alunos, professores e pais, campanhas conjuntas com apoio da comunidade, desenvolvimento de projetos (Educação para o Trânsito, Institucionalização à Escola, Vale Saber, etc.).

Por ser instituição sem fins lucrativos e de cooperação com o Colégio Estadual Jayme Canet, estamos solicitando sua declaração de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje é um dia pelo qual as pessoas que nos honram com as suas presenças na galeria e principalmente no comitê de imprensa, fazem valer ao Paraná aquela luta que foi iniciada. realmente uma luta do povo paranaense fazendo o primeiro projeto que foi orgulho desse Estado e exemplo a esta Nação.

tenha certeza que nós que transitoriamente ocupamos uma função de deputado, e aqueles que no Paraná, por uma vontade maior de Deus, ocupam também a sua passagem aqui em solo brasileiro e paranista, fazendo com que as suas presenças, pelas gerações futuras serão analisadas por aqueles que irão nos suceder. Tenho certeza absoluta, que desde o mais simples que segura um cartaz, ali, feito à mão, como aqueles que também trazem alguma coisa escrita por homens que realmente conhecem de perto a feitura de uma divulgação, seja ela favorável ou contrária, mas de interesse do povo do Paraná, V. Exas., pessoas humildes, que são as verdadeiras autoridades que representam o povo, têm nesta Casa, como tiveram o respaldo de uma grande maioria dos senhores parlamentares. A vitória dada no Supremo Tribunal Federal desta República, é uma vitória feita para vocês, de vocês e principalmente para a família de vocês. Fazemos parte dessa família. Os deputados fizeram as suas posições e a nossa posição está marcada no livro da história deste Estado.

Quero neste instante, como primeiro assunto, cumprimentá-los e dizer naquela pessoa que presidiu o fórum da Copel, que é o ilustre ex-parlamentar Nelton Fridrich, que reuniu entidades, que reuniu aqueles que acreditam em Deus, de todas as religiões, que reuniu a família do Paraná, nunca num episódio que foi testemunhado por ninguém da sua história, que tivemos a felicidade neste plenário de ver a união de forças religiosas, classistas, empresariais, políticas e comunitárias, num verdadeiro multirão da verdade a ser traduzida na não venda da Copel.

Parabéns Paraná, neste primeiro ano que conserva no seu seio aquilo que é orgulho de todos nós, que é o exemplo da dignidade a ser oferecida às futuras gerações.

Mas quero também, senhor presidente, senhores deputados, falar um segundo assunto, que é de grande importância a esse Estado a esse Paraná. É com referência ao Tribunal de Contas.

Estarei com o ilustre deputado Neivo Beraldin que acredito será o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que precisamos montar, como o próprio Neivo já pediu e teve a minha assinatura, para analisarmos os procedimentos, principalmente, Nereu Moura, aquilo que está sendo feito com prefeitos e lideranças do interior por algumas pessoas do Tribunal de Contas do Estado, que

fazem com que posições políticas sejam assumidas com este ou aquele candidato no interesse de uma vontade que prevalece, principalmente, pelo cargo que ocupa.

O deputado Neivo Beraldin tem uma CPI a ser instalada nesta Casa, a qual acredito terá anuência da maioria dos senhores parlamentares, para que possamos, realmente, não controlar, mas dar um exemplo àquilo que é o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Quero senhor presidente, abrir um parêntese no meu pronunciamento e cumprimentar o comitê de imprensa que tem, realmente, a condição pela qual a democracia oferece, nesta oportunidade, o conagração daqueles que tiveram a sua vitória alcançada, agora comemorada com o seu primeiro ano.

Mas, falava eu no Tribunal de Contas. Necessito, senhores deputados, que esta Casa dê o exemplo: vamos assinar a CPI do deputado Neivo Beraldin, para que possamos devolver a tranqüilidade aos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se usará o horário do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Não, já estou terminando, senhor presidente.

... para que possamos devolver a tranqüilidade aos prefeitos e lideranças do interior para que tenham a liberdade de escolha a este ou aquele candidato e tenha ele, realmente, o respaldo do Tribunal de Contas ser isento na participação política, seja ela em qualquer nível: de deputado estadual, federal, de senador e de governador do nosso Paraná.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, demais integrantes da Assembléia.

Em primeiro lugar, quero, desta tribuna, registrar a presença em nossa galeria, do vereador Antônio Pacheco, do município de Manoel Ribas, que por uma coincidência do destino, Pacheco, pode, V. Exa., hoje, também, comemorar um ano da entrega do projeto de iniciativa popular que proibia a venda da Copel.

V. Exa. que estava conosco naquela marcha, vinda lá da Praça Santos Andrade até aqui, defronte ao Palácio Iguaçu e que está aqui hoje, registrada nesta foto (mostra foto) que guardamos como recordação, onde aparece o eminente deputado Tony Garcia, um dos grandes batalhadores naquele movimento contra o governo do Estado; o prefeito Vítor Hugo Burco; deputados Pessuti, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Florisvaldo Fier, registrando naquela marcha que fazíamos em defesa da Copel e representando os milhares de paranaenses que haviam subscrito o projeto de iniciativa popular, que naquele

onze de junho de 2001 era entregue ao presidente Hermas Brandão, através do ofício firmado pelo presidente do Fórum Popular contra a venda da Copel, o nosso amigo Nelson Friedrisch, que encontra-se nas dependências do Comitê de Imprensa, acompanhado do Dr. Rossafa, que é o presidente do Crea, de outras lideranças do movimento que batalhou, lutou contra a venda da Copel.

É sempre bom, senhor presidente, lembrar coisas boas como foi esse movimento o Fórum Popular a venda da Copel. E quero nesse dia, ler os “termos do ofício” entregue naquela oportunidade, para que todos possam reviver aquele momento importante da vida do Paraná e da sociedade paranaense:

“Curitiba, 11 de junho de 20001.

Senhor Presidente:

De acordo com os dispositivos constitucionais, tanto federal como estadual o Fórum Popular Contra a Venda da Copel encaminha a V. Exa, cento e vinte mil, novecentos e oitenta e quatro assinaturas qualificadas com título de eleitor, distribuídas em duzentos e quarenta e um municípios do Paraná, para validar o projeto de lei de Iniciativa Popular.

Também seguem anexas outras oitenta mil assinaturas coletadas em abaixo-assinados contendo o número do registro geral, RG, perfazendo ao todo mais de duzentas mil assinaturas de apoio ao projeto de iniciativa popular.

Portanto, senhor presidente, solicitamos que o referido projeto, com origem nos anseios e clamores populares seja protocolado e tenha tramitação assegurada.

Saudação democrática, cívicas e paranistas,

Nelson Friedrisch

Presidente do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.”

Protocolado no dia 11/06/2001, nº 6145, toda a documentação que originou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular nº 248/2001, que tramitou nesta Casa, em memoráveis Sessões. A Sessão mais longa da história deste Parlamento, a Sessão mais movimentada, talvez mais importante desta Legislatura e que culminou infelizmente, no dia 20 de agosto, com a derrota do projeto de iniciativa Popular, já na discussão da sua constitucionalidade, onde 27 deputados votaram contra e 26 votaram a favor.

Faço, senhor presidente, esse registro em agradecimento a todos aqueles que estão aqui nas galerias, nas tribunas de honra e no comitê de imprensa, para que na memória dos paranaenses e principalmente, na memória deste Parlamento, não se apague a luta de milhares de paranaenses que defenderam o patrimônio público. Que defenderam a continuidade nas mãos do povo do Paraná, da sua mais importante empresa, que é a Copel.

Parabéns a todos.

Concluo agradecendo mais uma vez a todos aqueles que se somaram nessa luta. Uma luta memorável, em defesa do Paraná.

Viva o Fórum Popular Contra a Venda da Copel. Viva todos os paranaenses que nele se engajaram e lutaram pelo Patrimônio Público do nosso Estado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Marcos Isfer, no Pequeno Expediente.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores visitantes.

Nesta data tão importante para esta Casa, o aniversário de um ano de ingresso da nossa Ação de toda aquela grande movimentação da população paranaense contra a venda da Copel, e que tenho certeza, foi o momento mais importante da nossa legislatura, pela forma como a população veio a esta Casa, deu apoio e, principalmente, participou.

Mas, queria aproveitar esta oportunidade, senhores deputados, para agradecer ao nosso presidente Hermas Brandão, que hoje promulgou uma lei que não foi sancionada pelo senhor governador, mas que é uma lei que vem beneficiar todos aqueles que moram no Paraná, todos aqueles que aqui produzem e essa lei, hoje promulgada pelo deputado Hermas Brandão, resgata um ato que o Executivo, não sei por que razões, deixou de fazê-lo.

Então, é muito importante que registremos isso, porque o Legislativo colocou e, após aprovada a lei, com a sua promulgação, faz com que um benefício àqueles que produzem no Estado do Paraná, seja efetivamente reconhecido e venha trazer benefícios.

Da mesma forma, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer e relatar do prazer que tivemos ainda nesta final de semana, quando, com os companheiros, Cezar Silvestri e outros aqui da Assembléia, como os deputados Rossoni, Eli Ghellere e Zuk, tivemos a oportunidade de estarmos em Pintamonhangaba, onde foi definida a coligação da Frente Trabalhista em apoio ao nome do nosso companheiro do PPS, Ciro Gomes, e de seu vice, o Paulino Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, que vem com o seu nome somar à Frente Trabalhista que, sem sombra de dúvidas, com as lideranças de Leonel Brizola, de José Carlos Martinez, de Roberto Freire, o que todos diziam ser uma aliança impossível, e não foi nem uma nem duas vezes que nós tivemos oportunidade de ouvir que em um determinado momento esta aliança não seria concretizada.

Lembram-se os senhores que, por inúmeras vezes, a própria imprensa e várias lideranças do nosso país duvidaram que esta aliança seria efetivada, mas ela não só é efetiva, como é a aliança que, sem sombra de dúvidas, deverá fazer o futuro presidente da República. O nosso companheiro Ciro Gomes, que é o mais preparado para essa disputa, é aquele que tem o melhor programa de governo para o Brasil, é a pessoa que possui a experiência para ocupar o cargo de presidente da República e

agora se soma com o nosso Paulino, da Força Sindical, como seu vice-presidente, fazendo com que se unam capital e trabalho, se unam enfim as forças que querem fazer efetivamente as mudanças dentro do nosso País.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, primeiro quero falar da satisfação de termos participado em conjunto da convenção do nosso Partido, junto com o PDT e o PTB. E, até pelo tempo que estou na política, ficou muito claro para mim, pessoalmente, que nós estávamos participando de uma convenção vitoriosa. Era um clima realmente de euforia, regado de muita emoção, de muita participação popular, apesar de termos feito a convenção em uma cidade pequena, onde não tinha laços, a não ser de nascimento, por parte do nosso candidato Ciro Gomes, mas não tínhamos laços políticos e mesmo assim nós tivemos uma grande participação popular.

Agora, lhe pedi esse aparte, deputado Marcos Isfer, porque é importante falar, e até a imprensa paranaense deixou passar despercebido um fato em que o nosso candidato, Ciro Gomes, talvez tenha sido o único que assumiu um compromisso público com o Paraná de acabar com a injustiça, e eu ouvi a entrevista e depois as suas declarações, ainda no domingo, mas eu vi uma entrevista sua, pela Rádio CBN, onde ele assumiu um compromisso de acabar com a injustiça que foi criada, inclusive pelo hoje candidato, José Serra, que faz com que a tributação da energia elétrica seja no consumo e não na produção. O Estado do Paraná perde seiscentos milhões de reais por ano, ou seja, quase dois milhões de reais por dia. E ele, independente do grande potencial eleitoral que tem o Estado de São Paulo, praticamente 25% do eleitorado nacional, mesmo assim ele publicamente, assumia o compromisso com o Estado do Paraná de acabar com essa injustiça, fazendo com que o ICMS de energia elétrica dos derivados de petróleo fossem tributados também no Estado produtor.

Eu acho que realmente essa é uma garantia que o Estado do Paraná terá, elegendo Ciro Gomes, de aumentar a sua receita, ou seja, de resgatar uma injustiça fazendo com que nós tenhamos uma receita de dois milhões de reais a mais, por dia, se realmente essa injustiça acabar.

Então, acho que realmente isso é um ponto forte que pesará nas eleições a favor do nosso candidato Ciro Gomes, no Paraná. E logicamente, recordando, hoje, que faz um ano que nós comemoramos a nossa iniciativa, do projeto de iniciativa popular, contra a venda da Copel, que também o Ciro Gomes já, há um ano atrás, havia assumido o compromisso conosco de ser contra a privatização da Copel, inclusive se prontificando, se eleito presidente fosse, de reestatizar a Copel, se ela tivesse sido privatizada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto V. Exa. se usará o horário da Liderança do seu partido.

O SR. MARCOS ISFER

Vamos utilizar, senhor presidente, o horário da Liderança.

Eu agradeço o aparte e justamente eu queria fazer, depois de falar, como bem disse V. Exa. do encontro lá ocorrido, onde tivemos a participação de todos os partidos que compõem a Frente Trabalhista, desse compromisso na área energética, porque quando do processo de tentativa de privatização da Copel, o nosso candidato Ciro Gomes, já naquela oportunidade, dizia que se fosse presidente reestatizaria a Copel, faria com que ela novamente ficasse vinculada ao Estado pela importância vital para o fomento, para o Paraná, para o seu desenvolvimento.

Da mesma forma ele se compromete neste momento a fazer com que o Paraná deixe de perder, como bem frisou o nobre deputado Cezar Silvestri, esses recursos de ICMS da energia elétrica que hoje, sem sombra de dúvida, em apenas um ano, todo aquele recursos que acabou hoje fazendo parte da mídia oficial com relação a industrialização. Todos aqueles 900 milhões que se atribuem (?) ninguém sabe quando irão acontecer e em que data irão entrar, com apenas uma canetada. Isso significaria quase um mês de arrecadação da energia que o Estado do Paraná exporta para o restante do Brasil e não tem a recompensa do ICMS.

Então, só com isso, eu tenho certeza, o Ciro fará com que o Estado do Paraná dê um impulso muito grande e possa se somar a todos os outros Estados brasileiros, mas dentro da sua dignidade, com a sua dignidade resgatada com relação a esta lei.

Então, foi um momento de muita emoção, um momento aonde sem sombra de dúvida todos que ali estavam, sentiram que viviam, talvez, um, dos passos mais importantes da história atual brasileira, aquele momento em que um candidato de um partido pequeno, com apoio de dois grandes partidos, os dois partidos trabalhistas, o Democrático Trabalhista e o Trabalhista Brasileiro, se faz presente e principalmente passa a concorrer em igualdade de condições, porque nós sabemos que o nosso companheiro Ciro Gomes até o momento não tinha espaço na mídia, não tinha espaço na televisão, e a partir de agora eu tenho certeza que com a sua aparição na mídia, com a colaboração do seu programa de governo ele irá crescer e será, sem sombra de dúvida, o futuro presidente do Brasil.

Nós acreditamos nisto e pudemos sentir, dentre todas aquelas lideranças nacionais que lá se encontravam presentes, que este é um sentimento que vai unir, que vai amalgamar todos os trabalhadores brasileiros e eu tenho certeza também, com a entrada do companheiro da força sindical que representa mais de mil e oitocentos sindicatos, uma força viva de 14 milhões de trabalhadores brasi-

leiros, com isso também fará com que a sua candidatura se desenvolva e venha a ter a bom termo.

Então, para todos nós, eu acho que foi uma grande satisfação, um grande momento, e que se soma com alegria da data deste primeiro ano de aniversário do projeto de iniciativa popular da Copel, um projeto que teve o apoio de todo o PPS, mas teve o apoio do nosso candidato Ciro Gomes, e terá no futuro o apoio, do Estado do Paraná, através da tributação do ICMS na fonte, como é de direito e como é o desejo do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero saudar os nossos visitantes e agradecer suas presenças, dizendo que são muito bem-vindos, mas peço-lhes a gentileza de respeitarem o Regimento Interno da Casa. As galerias não podem se manifestar durante os pronunciamentos.

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parcela da população do Paraná que se faz presente acompanhando esta Sessão, para nós, deputados, que há um ano atrás fizemos um grande movimento junto à sociedade paranaense, movimento que foi para as ruas, às associações de bairros, colégios e instituições de classes e de serviços para, em um grito uníssono, dizer ao Paraná e àqueles que pretendiam fazer a venda da Copel, que o povo não estava de acordo com essa venda, passado um ano, é importante lembrar algumas figuras e igualmente alguns posicionamentos, que marcaram e com certeza fizeram a diferença, para que hoje a empresa pudesse estar servindo a população e ao interesse do Paraná. E não estar servindo de estepe para grandes multinacionais produzirem, aqui, o lucro e transferir-lo para outros países.

Naquele momento, quando poucos se atreviam a assumir a liderança do movimento. Assumiu-o com integridade, decência e espírito paranista e, sobretudo, altruísta em relação a todos os outros demais partidos e componentes daquele grande movimento.

Há uma instituição que não podemos deixar de registrar, que é o CREA.

Quando não tínhamos espaço, estrutura, nenhuma forma para sediar esse movimento, não era mais nosso, já era dos paranaenses - surgiu a instituição, o CREA, cristalizada na figura do Luiz Antonio R., assumindo a condição de sede para que o movimento pudesse se estruturar.

Não podemos jamais, deputado Algaci Tulio, esquecer de registrar também a disposição com que a Igreja fez parte deste movimento e, sobretudo, sobre a liderança de Dom Pedro Fedalto, que com meia dúzia de argumentações levantou e disse: "Amanhã teremos uma reunião e faremos com que o prelado - os bispos do Paraná possa se engajar neste movimento, porque este

movimento não tem partido, não tem cores. Este movimento é a defesa do interesse do Paraná e ele jamais poderá ser subjugado por qualquer outra vontade, que não seja a vontade do povo do Paraná”.

Foi mais ou menos com estes termos que D. Pedro Fedalto engajou assim a Igreja e sobretudo com a sua autoridade moral nesse grande movimento. E ele cresceu, saiu da Praça Santos Andrade com várias caravanas, com vários representantes da capital e veio até o Palácio, e aqui quero tributar também ao presidente da Assembléia Hermas Brandão, que saiu deste plenário e foi lá no caminhão ao receber a proposta de iniciativa popular subscrita por mais de 125 mil cidadãos paranaenses, e isto foi em pouco tempo senhores, foi um tempo muito exíguo porque, se o tempo fosse maior e se as estruturas fossem maiores, com certeza teríamos um milhão de assinaturas, mas lá estava o Hermas representando a Assembléia para acolher as assinaturas.

Mas se aqui nesta Casa não logramos êxito para fazer prevalecer a vontade da população do Paraná, com certeza esse episódio nos mostrou e nos deu uma grande lição, a lição de que quando a sociedade se levanta, quando a sociedade reconhece no discurso dos políticos, daqueles seus representantes o interesse próprio da comunidade, com certeza ela caminha junto e foi o que fez.

Caminharam os jovens, os estudantes, caminharam para cá os partidos políticos, os três senadores do Paraná, representantes de outros Estados para mostrar que não era possível permitir a privatização da Copel da forma como estava fazendo, e não seria em rolo compressor que passaria em cima da consciência paranaense, especialmente dos seus mais elevados interesses.

Por isso, senhores deputados, o 11 de junho tem uma marca muito importante para todos nós, tem uma marca muito importante para aqueles homens e mulheres que souberam com descortínio, localizar e pontuar o interesse comum da sociedade paranaense.

O 11 de junho representa para nós paranaense, e a história assim haverá de registrar, um momento em que todos ganhamos direito à cidadania. Ganhamos o direito à cidadania quando, num embate de 20 de agosto, que aqui se fez, não levamos por um voto, mas ganhamos o direito da cidadania quando buscamos na guarida da lei e da justiça que se reconhecesse esse evento, e não poderia deixar de registrar a figura entre outros, mas do Guilherme Braga, o advogado que, com determinação, com afinco, perseguiu os escaminhos da justiça, para que nós pudéssemos hoje festejar um ano da Copel em nome do povo do Paraná.

Esse dia é importante para todos nós, senhor presidente, e portanto eu agradeço o tempo que me concedeu e parabenizo a sociedade paranaense por essa atitude, especialmente aos jovens que aqui hoje estão num número considerável, e foram os jovens que, num momento de rebeldia, de quebra inclusive desse Regimento, pelo qual todos nós prezamos, mas que possibilitou discutir com amplitude o que estava a acontecer no governo do Paraná.

Parabéns a vocês, jovens, parabéns aos copelinos que souberam enfrentar todos os momentos para defender a sua empresa, a empresa que permitiu que pudesse criar os seus filhos, educá-los e que pudesse oferecer ao Paraná a condição de desenvolvimento que tem através da infra-estrutura energética que o Estado possui.

Parabéns a todos aqueles que se sentiram participantes deste grande momento da vida paranaense.

Obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é um prazer muito grande para a Assembléia Legislativa no dia de hoje receber a visita de ilustres visitantes, assistindo a Sessão da Assembléia Legislativa. Recebemos os alunos do Colégio Polivalente, da capital do Estado. Vocês já percorreram as dependências da Assembléia, estão acompanhados pela diretora Carmélia Augusta e dos professores Marcelo Rodrigo e Nicolau, Lorenzonni e Izabel Hosterback. São alunos da 8ª série do Colégio Estadual Polivalente aqui de Curitiba.

Obrigado pela presença e temos a certeza que vocês voltarão para vossas casas e escola, conhecendo o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Sejam todos bem-vindos, como anunciou o deputado Elio Rusch.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Há um ano atrás, estávamos aqui neste plenário, num grande embate entre a população do Paraná. Cento e quarenta mil assinatura, um projeto de lei de iniciativa popular e uma luta histórica onde os deputados da Oposição, enfrentando o governo em sua base aliada, numa Sessão histórica de 23 horas, e ocupamos esta tribuna por doze vezes na defesa da nossa Copel.

Além da base aliada do governo, enfrentamos os cães, a polícia, e naquele dia 21 foram os estudantes que aqui estiveram e fizeram com que aquela Sessão fosse suspensa e nos deram um alento para que pudéssemos continuar na defesa da nossa Copel.

Senhor presidente, é preciso reconhecer o trabalho do presidente do fórum, ex-deputado Nelton Friedrich. É preciso reconhecer que o povo do Paraná viveu um grande momento e que naturalmente politizou muita gente, e a população soube a importância de um voto aqui na Assembléia Legislativa. Um voto autorizou o governo a vender a Copel!

Graças a uma instabilidade mundial, a Copel não foi vendida. Não foi vendido o seu controle acionário, mas foram vendidos 50% do patrimônio que era do governo do Estado, visto que em 1995, tendo em vista que o governo vendeu 11 bilhões de ações e que arrecada-

dou no mínimo, 2 bilhões e 200, seja na Bolsa de Nova York, seja na caução de ações junto ao BNDES, seja na Bolsa brasileira. O fato é que este dinheiro ingressou no Estado e, pasmem os senhores, não há prestação de conta, nem da entrada, nem da saída, visto que os conselheiros do Tribunal de Contas chegaram a escrever que o Estado teria faturado 300 milhões de reais. E um técnico chegou a escrever - 500 milhões de reais.

Ora, senhores deputados, se as ações da época - segundo levantamento feito, dava clara e absoluta certeza de que o faturamento foi mais de 2 bilhões de reais, como que os técnicos do Tribunal de Contas escreveram que foi 300 milhões de reais? E o Conselheiro Artagão escreve que foi 500 milhões de reais. Vejam: se vendem ativos do Estado e esse ativo não é contabilizado!

Mas, ontem, tivemos na Casa um seminário sobre Saúde e Segurança Pública. Se debateu a questão da Segurança Pública e se debateu a questão da Saúde, num congresso promovido pelo deputado federal Gustavo Fruet, também com a parceria do deputado estadual Orlando Pessuti.

Ora, senhores deputados, a questão da segurança é gravíssima no Estado do Paraná. A nossa comunidade, Curitiba, vive numa intranquilidade total. Os nossos municípios da Região Metropolitana e do Estado do Paraná estão com uma incerteza, uma insegurança absoluta, tendo em vista que o Estado tem poucas viaturas, tendo em vista que o Estado tem poucos contingentes, especialmente se verificamos Santa Catarina trata a segurança com muito mais preocupação do que o Governo do Paraná.

Aliás, estamos vivendo um desmonte total no aparato governamental. Ele já vendeu tudo que podia vender. Já liquidou com o Estado do Paraná, já antecipou os royalties de Itaipu até 2022, já deu um furo no Banestado de mais de 6 bilhões de reais e a conta estamos pagando todos os meses. pagamos mais de 30 milhões de reais de dívida e essa dívida vai continuar por 30 anos! Então, evidentemente, que é menos dinheiro para a Saúde, para a Educação, para aplicação no social que é aonde o governo tem que se fazer mais presente.

Tendo em vista o descaso que o governo vem tratando o povo paranaense, seria até desnecessário me alongar neste discurso, mas é preciso dizer o seguinte: a Segurança pode ser vista quando oferecemos à população um meio de transporte onde a população anda como sardinha em lata dentro dos ônibus, onde a população se estressa, usando um meio de transporte que, às vezes, leva duas horas para chegar ao trabalho e duas horas para voltar para casa. Só aqui no Brasil tem esse transporte urbano super estressante, porque no resto do mundo, no primeiro mundo, se usa o trem, se usa o trilho dos trens para levar os passageiros com mais rapidez: com hora de saída e hora de chegada. E aqui, o nosso prefeito pretende retirar os trilhos para inviabilizar uma proposta lógica. Ele quer implantar um elevador que, no mundo inteiro, não temos 30 km de elevador. desafio qualquer represen-

tante da prefeitura de Curitiba me dizer qual parte do mundo tem um elevador que quer implantar aqui, para, possivelmente, levar gordas comissões: tanto no projeto, quanto na execução da obra. Se der uma pane naquele elevador, teremos que importar japoneses para tirar brasileiro lá de cima, ou fazer uma escada, porque o nosso prefeito quer fazer o nosso elevador! Não tem 30 quilômetros de elevador, no mundo! E querem fazer em Curitiba, onde o povo passa fome, onde o povo não tem segurança, onde o povo precisa de curso profissionalizante para aprender um ofício para conquistar um emprego!

Olhem a segurança do Estado do Paraná, é gravíssima! A instabilidade do interior do Paraná em relação à produção, emprego, é gravíssima! Quase todas as regiões do Paraná decresceram nas suas receitas, tendo em vista que diminuiu a indústria, a agro-indústria, o emprego! Isso é estatístico, isso está nos números da receita do governo do Estado! Curitiba e região metropolitana crescem e representam 76% do que arrecada em ICMS o Estado!

Olhem bem, nós temos, dos 100% arrecadados em ICMS no Estado, 76 está em Curitiba e na região metropolitana, 24 no resto do Paraná, sendo que aí se inclui Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Beltrão, Pato Branco, Guarapuava, Ponta Grossa. Então a indústria decresce, a população decresce e a região de Curitiba incha! Nós temos um aparato de Estado que não consegue cumprir a necessidade social, seja em Saúde, Educação, Habitação...!

Um grave monopólio, o de ônibus, onde a prefeitura atrasa os ônibus, no final de semana, manda a população superlotar os ônibus para que ela pague menos quilometragem, ganhando também nesse serviço, porque quando paga menos quilometragem arrecada mais, então é mais dinheiro no caixa!

Senhores deputados, nós estamos diante do caos administrativo, do caos da ética e da moralidade pública! Precisamos restabelecer a ética e a moralidade, a começar do menor cargo ocupado na polícia, tanto no município como no Estado e na União. Temos que resgatar a nossa dignidade e o valor maior que é exercer um cargo público com ética. Nós iremos continuar com o nosso objetivo de sonhar com um governo que pense na agroindústria, porque não podemos ser os maiores produtores de algodão, do País, e não industrializarmos nada! Não podemos exportar o nosso fio; temos que fazer o nosso tecido e consumir, porque aí vamos ter dignidade, vamos agregar renda e emprego, exatamente na cadeia produtiva. Nós não podemos ser o maior produtor de seda no país e não produzimos um metro de seda, porque temos mais de 70.000 famílias que plantam, mas estão nas mãos do monopólio internacional, da Kaneko, da Bradaqui!

E, cadê o Estado? O Estado se isenta nisso e gasta R\$500.000.000,00 em propaganda, que daria para fazer 10.000 casas populares! É exatamente 5.000,00 cada casa popular que o governo está dando! 500.000.000 de reais em publicidade e propaganda poderiam ter sido construí-

das 100.000 casas populares, no Paraná! Poderíamos ter dado cursos, ensinar nossa população fazer o fio, tecelagem, tinturaria, engomagem, estamparia, gerar emprego em toda esta cadeia e ainda poderíamos vender para o turista, na beira da estrada, para atrairmos o turista em Prudentópolis, Foz do Iguaçu, Paranaguá. Desenvolver o nosso artesanato, cuidar da nossa agricultura, porque essa é a nossa vocação maior.

Então, senhores, nós estamos, chovendo no molhado, porque não é possível que o Governo gaste dois e meio por cento da sua receita em publicidade e propaganda, enquanto não gasta nenhum tostão para profissionalizar a nossa população! Que não gaste nem um tostão para dar um curso de marceneiro, carpinteiro em qualquer função no setor de agroindústria.

Quando vamos reverter esta parada? Sabe quando? Quando produzirmos mais, com preço menor, porque temos um mundo globalizado. Precisamos produzir com qualidade e preço. Para isso, precisamos qualificar a nossa população, precisamos levar a mão amiga do Governo, para que ela se insira nesse contexto competitivo desse mundo globalizado. Não podemos mais ver o tecido chegar da China, da Índia, do Japão, a preço das nossas costureiras aqui.

Isso demonstra que não temos uma mão-de-obra preparada; isso demonstra que mais uma vez precisamos produzir mais com qualidade e preço. Isso demonstra que o Governo deve existir para essa finalidade. Isso deixa claro que temos que aprovar uma lei aqui onde o Governo do Estado não possa gastar mais do que 0,5% ou seja, menos de 1 em publicidade e propaganda, porque São Paulo gasta 0,06%, a Bahia gasta 0,52. Por quê o Paraná tem que gastar 2 1/2% (dois e meio por cento)? Para levarmos adiante esse “faz de conta” que o Paraná é o exemplo de tudo, quando estamos perdendo para Santa Catarina, Vale do Itajaí, que tem uma qualidade de vida muito grande tem um turismo bastante aprimorado, tem um governo que cuida da ferrovia. Para vocês terem uma idéia, Santa Catarina tem uma secretaria especial para cuidar da malha rodoviária do Estado.

E nós, o que é que temos para cuidar da nossa malha ferroviária? Ao contrário, estamos aqui assim com o Banco Mundial. O Banco Mundial que oferece dinheiro para tudo, menos para a hidrovia do Ivaí, onde poderíamos trazer a nossa produção até Araucária, através das nossas águas, dos nossos rios. Com apenas um canal de doze quilômetros tornaríamos toda uma região produtiva, podendo tratar a nossa produção exatamente por gravidade. Veja V. Exas. a hidrovia do Ivaí, quando se chega no Banco Mundial, o banco fala - Não! O Brasil não pode ser competitivo no campo de transporte, porque produzimos e temos que competir com os outros do mundo. Não podemos dar autorização para que usem ferrovia, hidrovia, porque até as pontes de Juscelino são de barriga para dentro da água, para proibir!

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Senhor deputado, ouvi atentamente o seu pronunciamento, e acho que o momento é propício para que nós iniciemos esse debate na Assembléia Legislativa.

Hoje faz um ano o projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, que realmente foi o projeto que mobilizou essa Casa. Os projetos mais importantes da história política do Paraná, talvez o mais importante, porque foi o primeiro projeto feito pelo povo do Paraná.

Mas fazia aqui uma reflexão. Ouvia V. Exa. fazer o seu pronunciamento, questionando ações do Governo. Lembro bem quando nós demos entrada nesse projeto, e quando nós votamos esse projeto de iniciativa popular na Assembléia Legislativa, muitos deputados disseram o seguinte: “O povo não tem memória”. Dentro de seis meses, o povo nem lembrará mais de quem votou a favor ou contra. E a própria mídia do Governo vai se encarregar de colocar uma carapuça em cima disso e estou vendo, realmente, isso acontecer.

Em muitos municípios você vai falar sobre a questão da Copel, e as pessoas não estão mais dando atenção, simplesmente, dizem: “Olha, teve um grupo de deputados que foram trouxas, pois votaram contra a venda da Copel! Mas, ainda, tenho fé e esperança de que esse debate sendo colocado nas ruas, nós vamos ter a população revivendo aqueles dias memoráveis e também, na verdade, fazendo justiça. É o que todos nós esperamos.

V. Exa. falava que o governo gasta 500 milhões com propaganda, deu um exemplo que são cem mil casas populares; falava da dificuldade que tem, hoje, o produtor de seda e inclusive, da pequena indústria, de competir com a indústria chinesa. Nós víamos e até V. Exa. deve lembrar quando esteve aqui o secretário da Fazenda fazendo a sua prestação de contas, e nós pedíamos se ele podia nos mostrar o protocolo de intenções que foi feito com a Renault, que é a grande propaganda do Governo que agora resolveu ser participativo, depois de oito anos. Quando o Governo está acabando ele tenta, novamente, usar a mídia e enganar a população, como se a população, realmente, não tivesse memória e dizer: “Olha, eu vou consultar a população do Paraná, quero saber o que o povo quer fazer com o dinheiro: com novecentos milhões de poupança que deixamos para os futuros governos!

Olha, deputado Neivo Beraldin, acho que não podemos brincar com a inteligência do povo do Paraná! Eu falava esse número na presença do secretário!

As informações todas que nos passaram, na época, V. Exa. deve lembrar, que o número que o Governo do Estado doou para Renault, na época, fora todos os incentivos fiscais: a prorrogação de prazo de ICMS (agora, foi novamente prorrogado); terreno; terraplanagem; a construção de uma subestação de energia para facilitar a indústria. Além de tudo isso, ele colocou trezentos milhões de reais, na época, que representavam mais de trezentos e cinquenta milhões de dólares! Se pegarmos o dólar de hoje, a 2,60, isso passa de um bilhão de reais!

Que poupança é essa, se o Governo dá um bilhão de reais para uma empresa e vai receber quinze anos depois, como se fosse uma grande vantagem?

Se colocasse esse dinheiro na mão do pequeno produtor rural, em programas sociais, principalmente, na mão do pequeno industrial, da pequena empresa paranaense, tenho certeza absoluta que teríamos uma geração de emprego de, vinte, cinquenta, cem vezes maior do que gerou essa indústria!

Foi positivo?

Acho até que foi positivo em arrecadação. Agora, falar que está gerando setecentos mil empregos o programa de industrialização do Governo do Estado, deputado Neivo Beraldin, é novamente brincar com a inteligência do povo paranaense!

A população economicamente ativa do Estado do Paraná, segundo o IBGE, gira em torno de dois milhões de pessoas que estão com a carteira assinada. Se temos dois milhões de trabalhadores o governador Jaime Lerner, num passe de mágica, arrumou setecentos mil empregos, ou seja, mais de 30% da população paranaense.

Não podemos ficar calados, como representantes da população paranaense, porque isso é brincar com a inteligência do povo e acho que o povo do Paraná tem que dar um basta, tem que dar um chega a essa brincadeira e a esse desrespeito à população do Paraná!

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Cezar Silvestri, muito obrigado pelo aparte!

V. Exa. que é um deputado ativo, sabe que se constatar na prestação de contas do Governo, verificará que ele pagou apenas 1.27% dos precatórios devidos no seu governo; esse é o valor pago de 1995 até aqui. Então, os pequenos precatórios, os precatórios alimentícios, estão represados na Tesouraria. Esses valores, só esses pequenos que não dá para parcelar em dez anos, porque a lei não permite, passa de um bilhão de reais!

Esse governo tem coragem de fazer uma pesquisa de uma receita que virá daqui a quatro ou seis anos!

Sabe o que é que falta?

Falta um pouco os paranaenses empunharem mais essa bandeira do Paraná e do Brasil e começarem uma marcha do interior e tirarem esse governador para fora do Palácio Iguaçu, para que o povo do Paraná possa escrever a sua história!

É preciso que os municípios, é preciso que os vereadores, é preciso que os prefeitos, é preciso que o Lions, é preciso que o Rotary, é preciso que a Associação Comercial e Industrial, engrossem uma grande caminhada da moralidade e da verdade.

Porque nós não podemos estar aqui para fazer de conta que estamos aqui para fiscalizar o Executivo! Nós não podemos estar aqui para fazer de conta que estamos representando a população!

E é necessário que se dê essa palavra, que seja a palavra de um grito para que o Paraná entenda de uma vez por todas, que nós temos um desgoverno, que estamos prejudicando a nossa população através da mídia mentirosa.

É preciso que o Ministério Público, Estadual e Federal fiscalize as contas do Fundec, conforme a Lei nº 9424/96 que determina a aplicação do Ensino Fundamental que está sendo desviado e declarado oficialmente, com anuência do Ministério Público, que o governo do Estado deve ao Fundef. Porque o Ministério Público que está representado no Tribunal de Contas e assina junto a Prestação de Contas dizendo que há efetivamente, dívida com o Fundef!

Onde estão os sete conselheiros do Fundef?

Um é amigo do governo, outro também. Parece que tem dois da APP e outro de Cascavel que seria o sétimo, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi aceito! E ele está brigando na Justiça!

Então, o conselho que fiscaliza o Fundef não está completo!

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Neivo, V. Exa. retrata com muita clareza as dificuldades do governo Lerner, citando item por item.

Mas, quero me ater a apenas um item, deputado Neivo. V. Exa. falou em relação à mídia.

No mandato primeiro do governador Jaime Lerner, ele gastou quinhentos e nove milhões de dólares em propaganda!

Isso daria, hoje, um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões de reais!

Agora, estamos fazendo um pedido de informações, que estamos protocolando hoje na Mesa, para saber quanto é que o governo Jaime Lerner está gastando neste ano, em propaganda, porque a quantia é volumosa! Ela chega a ser exarcebada, porque não dá para ligar a televisão, ligar o rádio, abrir o jornal, que você fica enfartado de tanta propaganda do Governo.

Propaganda mentirosa do Governo!

E observamos que o objetivo da propanganda é recuperar a imagem seriamente atingida por conta de todos os “fiascos” do governo Lerner.

Teve como ponto culminante a questão da Copel, a vontade de vender a Copel.

Então, deputado Neivo, é uma vergonha o que ocorre com o Paraná!

O Estado de São Paulo que tem o maior orçamento do Brasil, entre as unidades da federação, não gasta 1/3 do que o Paraná gasta em propaganda!

Creio que o Governo do Paraná gasta mais que o Governo da União, em publicidade!

Aí, falta dinheiro para pagar os professores, o policial, não tem policial, a Segurança Pública está uma vergonha no Estado do Paraná, não tem dinheiro para fazer

as questões básicas da nossa sociedade, mas tem dinheiro para gastar com a propaganda.

Então, estou fazendo um requerimento hoje à Assembléia, pedindo informações de quanto foi gasto no primeiro semestre do ano em curso, em publicidade no Paraná, para que tenhamos uma idéia do que o governador está fazendo para tentar recuperar um pouco a sua imagem, que está mais do que nunca numa lata de lixo em relação à credibilidade perante a opinião pública!

Por isso, mais uma vez, parabenizo V. Exa. que levantou a questão do Tribunal de Contas e que também nós temos que analisar isso e os outros fatores que V. Exa., com muita propriedade, está analisando na tribuna da Assembléia no dia de hoje.

O SR. NEIVO BERARDIN

Deputado Nereu Moura, muito obrigado pelo aparte!

Agora, eu preciso informar ao Plenário que no dia 10 de junho de 2001, a Casa aprovou um requerimento aqui, de minha autoria, que determina que o governo preste a informação sobre onde as quatro agências de propaganda gastaram o dinheiro que recebeu do Governo. Em quais veículos de comunicação que elas mandaram o dinheiro?

Porque V. Exa. sabe que tem uma concorrência, e essas quatro agências, são que recebem o dinheiro do Governo.

O Sr. Nereu Moura

Quando foi aprovado o requerimento, deputado Neivo?

O SR. NEIVO BETALDIN

No dia 19 de junho do ano passado.

O Sr. Nereu Moura

E não foi informado?

O SR. NEIVO BERARDIN

Não.

O Sr. Nereu Moura

Então nós podemos pedir o impeachment do governador.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhores deputados, o governo não cumpriu em um ano o requerimento, e não poderá cumprir, porque se cumprir estará entregando o ouro!

Esta Casa não se faz valer naquilo que é fundamental, porque dizem que não está escrito na Constituição que o governador tenha prazo determinado para responder o requerimento, mas o secretário tem o prazo de um mês! Agora, o governador não tem prazo! Que história é essa? Se o mandado tem um mês, porque o mandante não pode ter um mês?

É a função pública! Eu tenho batido nisso há muito tempo, a Casa aprovou aqui o requerimento. E, para efeito de informação da Casa, em 2000 o governo gastou sessenta e seis milhões de reais em publicidade e propaganda e como a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que ele tem que dar continuidade, não pode gastar mais no ano eleitoral, é fácil presumir que esse ano ele vai gastar também sessenta e seis milhões de reais.

Então, tudo está muito bem regularizado no documento, na Constituição, no Regimento, e o que não há é o cumprimento das normas! O que há é a população no interior pedindo para que façamos alguma coisa e nós não conseguimos fazer nada, porque aqui se está amarrado por um monte de interesses que acabam sempre sendo interesses contrário àquele que nasceu e se criou na roça, aquele que cumpre um horário de trabalho, aquele que tem um salário de trabalhador, aquele que tem dificuldade de sustentar a sua família com decência e dignidade.

Concedo um aparte ao deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Neivo Berardin, esta Casa tem tomado decisões políticas, mas jamais pode permitir e convalidar a omissão do Executivo no cumprimento da sua obrigação constitucional e uma das obrigações legais do Executivo é informar esta Casa quando um requerimento aprovado por ela lhe é solicitado.

Eu faria a seguinte sugestão a V. Exa.: que encaminhasse uma correspondência à Mesa da Casa solicitando se o Executivo informou ou não esta Casa do requerimento dito por V. Exa. E, a partir da constatação desses fatos, nós precisamos tomar iniciativas legais, porque a sociedade, no ano de 1998, viu o governo gastar cento e cinquenta milhões só naquele ano, e o Estado de São Paulo consumir vinte e oito milhões em propaganda!

Nós temos 6% do PIB nacional, e São Paulo, tem 35%. É seis vezes mais do que o Estado do Paraná arrecada! E é impossível que possamos gastar seis ou sete vezes mais do que gasta o Estado de São Paulo em propaganda! Então, é desperdício, é inominável o que o governo tem feito com relação aos seus recursos, especialmente na propaganda. E aqui não é choro de quem está na Oposição, não, porque se tivesse fazendo divulgação de atos e de obras realizadas por este Governo, não tenha dúvidas, a Oposição tinha que se calar, porque é o povo do Paraná que não aceita mais esse acinte de receber todo o dinheiro da telinha. A propaganda tirando o recurso que era, deveria ser para a educação, para a saúde, para a segurança, para a melhoria das nossas condições ambientais e antes que seja tarde eu solicito a V. Exa. que tome esta medida que com certeza a Casa terá condições de dar encaminhamento legal a esta questão.

Obrigado pelo aparte, senhor deputado.

O Sr. Nereu Moura

Só para esclarecer a V. Exa. que o artigo 88 da Constituição do Estado diz o seguinte: Da responsabilidade do governador - são crimes de responsabilidade os atos do governador que atentarem contra a Constituição Federal, Constituição do Estado e especialmente, o livre exercício do Poder Legislativo.

Então, está incluído, sim, como um ato de responsabilidade, o fato de o governador não responder os requerimentos pedidos pela Assembléia Legislativa! Não é um requerimento do deputado Neivo! Quando ele foi aprovado pela Assembléia, é um requerimento da Assembléia Legislativa.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Neivo, só peço permissão, hoje os jornais de circulação estadual noticiam que um prefeito está sendo cassado exatamente porque ele se negou a fornecer informações num requerimento aprovado na Câmara Municipal, e não tem um ano de prazo. Ultrapassou trinta dias após o prazo regimental. O prefeito está sendo cassado. Agora, um ano?

Então, eu acho que a sugestão do deputado José Maria Ferreira de nós pegarmos por escrito realmente se não foi passada a informação, a Casa tem que tomar uma atitude, porque o requerimento deixou de ser seu.

Hoje aquele requerimento é da Assembléia Legislativa do Paraná.

O Sr. José Maria Ferreira

Só mais uma explicação. No Paraná acontecem essas situações do prefeito ser cassado por ter deixado, o governo fica um ano sem prestar informação a esta Casa, e ontem nós tivemos o desprazer de ver um vereador cassado porque denunciou à Polícia Federal a corrupção havida no município, que é o município de São Sebastião da Amoreira! E sabem por que ele foi cassado? Porque ele escreveu num papel da Câmara a cassação!

Então, este é um fato quero registrar aqui aproveitando o aparte que me concede o deputado Neivo Beraldin, o vereador Odetino de Castro, foi cassado ontem à noite, seis a dois, pela Câmara Municipal, porque denunciou o prefeito e o expediente da denúncia foi o papel escrito por ele, assinado por ele, e que era da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira!

Obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Agradeço o aparte, deputado José Maria, e eu gostaria de dizer o seguinte aos senhores deputados, que eu colhi um ditado popular que diz o seguinte - a verdade não se escurece e ela há de não se escurecer.

E quando nós falamos que este governo gasta tanto de propaganda e publicidade, nós não queremos dizer que a imprensa do Paraná, que recebeu todo esse dinheiro, porque me parece que está mais claro que alguém recebeu de volta muito dinheiro mandado para as agências de

publicidade e propaganda, do que propriamente o enriquecimento da imprensa do Paraná ou da imprensa do Brasil.

Então, há aí uma interrogação e esta interrogação é preciso que o governo responda - simplesmente para quem essas quatro agências remeteram o dinheiro, porque se esse governo não evidenciar isto, se este Poder não conseguir isto, o futuro governante há de conseguir, porque a verdade não pode se escurecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Estamos sentindo, que parece que não haverá continuidade da Sessão. Gostaria de trazer duas informações e de pedir uma agilização dos trabalhos do Plenário, já que o que tudo indica, não teremos quórum para que logo mais, às 16h00, a Comissão Especial que trata do caso Renault - os cegonheiros, tenha uma audiência na sala das comissões.

A Comissão de Segurança Pública, que é presidida pelo deputado Ricardo Chab vai também com os demais parlamentares ouvir, daqui a pouco, uma testemunha que pode ajudar a esclarecer a morte do deputado Tiago Amorim.

Então, é bom saber se há o interesse da continuidade da Sessão ou não, para que a gente possa agilizar essas duas reuniões, que são muito importantes, para a Casa, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Quero informar ao deputado Algaci Tulio, que a Presidência tem interesse na continuidade da Sessão, sem dúvida.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Eu gostaria de convidar todos os deputados, não só os membros integrantes da Comissão de Segurança Pública, para se fazerem presentes na sala das comissões, logo mais às 16h30, visto que esta comissão ouvirá uma testemunha, que se diz testemunha, no caso da execução do nosso companheiro Tiago Amorim Novaes. Eu, pessoalmente, estendi esse convite ao corregedor, deputado

Caíto Quintana, para que se faça presente, porque é uma outra vertente da investigação no caso da execução do deputado Tiago e acho que essa Casa deve se debruçar sobre isso.

Acho importante e oportuno de que tenhamos a oportunidade de ouvir essa testemunha.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero fazer um comunicado à Mesa e à Assembléia.

Senhor presidente, recebi esta correspondência na sexta-feira e não pude ler no plenário, ontem, porque tivemos o Seminário de Saúde Pública da região Sul do Brasil, que foi presidido pelo deputado Orlando Pessuti.

É um convite em nome dos alunos, pais e professores da Escola Estadual Pilar Maturana, do ensino fundamental da 8ª série, do Bairro Alto. Essa escola está situada na Escola Cônego Camargo, onde uma congregação católica a mantém. No ano que vem, a congregação não renovará o aluguel para a continuidade das aulas nessa escola. Os pais, alunos e professores, que já há algum tempo discutem esse problema, estarão fazendo uma reunião hoje à noite, às 19h30 na Rua Jari, na Escola Cônego Camargo, no Bairro Alto.

Esse convite veio endereçado ao presidente da Comissão de Educação - eu já estendi aos seus membros e estendo esse convite também aos deputados, onde a comunidade tratará dos problemas que poderão ocorrer, a partir do ano que vem, quando a congregação não renovará mais o aluguel com a Secretaria de Estado da Educação e os alunos do Bairro Alto, poderão ficar sem um local apropriado para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Ofício Circular nº 007/2002/IAP/GP, subscrito pelo diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná, constante do expediente, convidando a participar da 2ª Audiência Pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, exigido por esse Instituto, quando da solicitação de Licenciamento Ambiental, relativo ao Sistema de Esgotamento Sanitário, na faixa litorânea Matinhos, Pontal do Paraná e Ecossistema da Ilha do Mel. **À Diretoria de Apoio ao Plenário.**

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1605 de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que acrescenta duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO

PROJETO DE LEI Nº 402/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 402/2000 recebeu quatro (4) emendas de Plenário versando sobre a forma de indicação dos membros do colegiado a que se refere à Lei nº 12904/2000 e acerca das disposições da Lei nº 4978/64, sendo acolhidas na forma do Substitutivo Geral que se apresenta em anexo.

O Projeto de Lei nº 402/2000 passará a ter nova redação na forma de substitutivo que agregue as emendas conforme segue.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoioamento:

Orlando Pessuti, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Duílio Genari, Marcos Isfer.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Padre Jorge Scholl, com sede e foro no município de Ubatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que obriga a veiculação de custos de propaganda. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1617, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 224/2000.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Odontologia do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube Esportivo e Recreativo Sagrada Família, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 439/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que institui a Região Metropolitana de Cornélio Procopio e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 189/2000, de 14.12.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, visa instituir a Região Metropolitana de Cornélio Procopio e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissão, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do deputado Neivo Beraldin vamos fazer a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o item 07, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, até por ser uma pessoa que sempre defendia a criação de regiões metropolitanas e para que o projeto do deputado Moysés Leônidas não seja prejudicado, esse projeto de lei complementar exige quórum qualificado, se não me falha a memória, então seria bom que o Plenário fosse alterado para que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Precisam 28 votos favoráveis, senão o projeto será rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal dos senhores parlamentares.

Solicito ao deputado Fernando Guimarães a chamada dos parlamentares.

Retiro a chamada nominal.

Os deputados que aprovam o projeto do deputado Moysés Leônidas, queiram levantar-se.

Solicito que o 1º secretário faça a contagem da verificação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Eu acho que projeto de lei complementar não é 28, o quórum qualificado é 33. Não sei se estou equivocado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando tem Emenda à Constituição, são 33 votos.

Lei complementar são 28 votos.

Aprovado o projeto.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dilatar o prazo para recolhimento

do ICMS de empresas enquadradas no Programa Paraná mais Emprego. COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2001, de 16/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo Estadual a dilatar o prazo para recolhimento do ICMS de empresas enquadradas no Programa Paraná mais Emprego.

A dilação do prazo de recolhimento do ICMS é uma espécie de benefício fiscal, estando portanto regulado pelo disposto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, “g” da Constituição Federal assim dispõe:

“Art. 155

§ 2º -

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

Desta forma, benefício fiscal relativo ao ICMS deve ser feito mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal!

A dilação do prazo de recolhimento do tributo apenas para os contribuintes enquadrados no programa Paraná Mais Emprego gera situação de desigualdade entre os contribuintes, ferindo o primeiro da igualdade tributária.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da Coordenação da receita do Estado já emitiu parecer contrário à matéria.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 129/2001

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nereu Moura, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a dilatar o prazo para recolhimento do ICMS de empresas enquadradas no Programa Paraná mais Emprego.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça, no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela inconstitucionalidade da matéria.

Contudo, o projeto tem a finalidade de estimular o desenvolvimento a competitividade de empresas localizadas principalmente no interior do nosso Estado, o que

beneficiará a população interiorana paranaense, o que torna a proposta meritória.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação da Lei Estadual nº 10331 de 09 de junho de 1993. (funcionários). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 044/2001, de 24/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 147/2001

P A R E C E R :

A presente proposição, trata de projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação da Lei Estadual nº 10331, de 09 de junho de 1993, que dispõe sobre limite máximo de remuneração dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, e adota outras providências.

Tem por fim o projeto de lei excluir os portadores de moléstias graves do limite de remuneração imposto aos servidores do Estado. Assim o redutor passará a não atingir os servidores inativos, portadores de Neoplasias Malignas, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, Cardiopatia Grave, Tuberculose Ativa, Alienação Mental, Cegueira, Hanseníase, Doença de Parkinson, Nefropatia Grave, Paralisia Irreversível e Incapacitante, Espondilartrose Anquilosante, Osteíte Deformante e Doenças Neurológicas Progressivas.

O projeto tem cunho social de alta relevância, possibilitando rendimento salarial maior às pessoas que notadamente, passam dificuldades no tratamento dessas graves doenças.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, nada encontrou que pudesse obstar seu trâmite pelos demais setores da Casa.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Tem requerimento solicitando a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não! Tem sobre o item 19; sobre o item 09, não tem.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2001, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg, de personalidade jurídica única, com um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, conforme específica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 178/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo instituir, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, o Fundo Estadual da Segurança Pública - Funseg.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 178/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 178/2001, proveniente de mensagem do Poder Executivo, que tem por objetivo instituir, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, o Fundo Estadual de Secretaria Pública - Funseg.

A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a se manifestar em relação à constitucionalidade e legalidade da matéria, nada encontramos que impedissem a normal tramitação do projeto. O líder do governo, deputado Durval Amaral, apresentou ainda emenda corretiva, modificativa e supressiva ao projeto.

Este relator, entendendo que a criação deste Fundo de Segurança Pública, com a conseqüente extinção dos já existentes fundos, como o Fundo Especial de Reequipamento Policial - Funrespol, o Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, e o Fundo de Reequipamento de Trânsito - Funretran, entende como complexo o tema e resolve baixar diligências aos administradores dos já citados fundos a serem extintos, para que façam levantamento sobre a situação em que os mesmos se encontram.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 178/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo instituir, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg.

Recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Analizando o projeto, constata-se que não há qualquer impedimento de ordem tributária que impeça sua tramitação e análise pelo colendo Plenário.

Assim, o parecer é favorável ao projeto, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do artigo 1º incisos I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1897. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2001, de 27/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, altera da redação do artigo 1º, inciso I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1897.

Emitimos parecer favorável á tramitação do Projeto de Lei nºs 347/2001.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Piquiri, nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 354/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Nereu Moura, o projeto de lei em pauta autoriza a construção da Usina Hidrelétrica do Piquiri, nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verifica-se que o projeto encontra-se acompanhado de ofícios da Copel e prefeitura do município de Guaraniaçu, versando sobre o assunto.

Diante do exposto, somos de parecer favorável à tramitação do projeto nesta Casa de Leis, encaminhando-o à douta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para que possa apreciar a matéria mediante a apresentação da necessária documentação.

Sala das Comissões, em 19.03.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 354/2001

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Nereu Moura, o presente plano de lei visa autorizar a construção da Usina Hidrelétrica do Piquiri, nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

Devido à notória crise energética pela qual passa o nosso país, a proposta defendida no projeto em epígrafe é altamente meritória.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.2002
(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 354/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar a construção da Usina Hidrelétrica do Piquiri nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer

Sala das Comissões, em 01.04.2002
(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, registro o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de engenharia mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (**Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Sérgio Spada, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a implantar o Curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, e sendo a mesma de caráter autorizatório, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por escopo autorizar o Governo do Estado a implantar o curso de engenharia mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Algaci Tulio, manifestou-se favoravelmente à aprovação do presente projeto, sob a ótica da constitucionalidade e da legalidade.

Chamada à manifestação, exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, entendemos que pelo fato de o projeto aumentar a despesa pública sem que indique a fonte para tal, como dispõe a Lei de Responsabilidade, opinamos em diligenciar à Comissão de Orçamento para se indagar se há previsão orçamentária para se implantar o referido curso.

Sala das Comissões, em 13.03.2002
(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela para análise, de autoria do deputado Sergio Spada autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de engenharia mecânica, no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

No que diz respeito às atribuições regimentais desta Comissão, o projeto ora em estudo tem o mérito de ampliar a oferta de cursos nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Esta iniciativa - se levada a cabo pelo Poder Executivo, já que o presente projeto é autorizatório, sem dúvida nenhuma vai beneficiar muitos jovens que não encontram naquela cidade tal curso.

Diante do exposto, somos favoráveis à tramitação normal do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.04.2002

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1579, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento do projeto, porque foi recentemente vetado pelo governador, projeto idêntico.

Fica retirado da pauta e determinado o seu arquivamento.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entrei em acordo com o deputado Pessuti, porque tenho convicção de que projeto semelhante foi aprovado na legislatura passada, foi vetado pelo governador e mantido o veto este ano, pela Assembléia.

Então, o projeto de minha autoria estaria em condições de ser apreciado, mas para chegar essas informações, solicitaria a V. Exa. que não determinasse o seu arquivamento, e que o retirasse da pauta de hoje para chegarmos as informações e, se possível, reincluí-lo no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. para reapresentar esse projeto, terá que pegar a assinatura de 28 senhores parlamentares, porque foi vetado projeto idêntico. O veto foi neste ano.

Então, para se incluir novamente na Ordem do Dia, precisamos de um requerimento assinado por 28 senhores parlamentares, senão, estará arquivado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Esse projeto passou pela CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passou, mas a CCJ não tinha essas informações. Quem tem é a Mesa Executiva, que está dirigindo os trabalhos.

O SR. SÉRGIO SPADA

E é exatamente para chegar essas informações, senhor presidente, se for o caso, reapresentar o projeto na forma da lei, é que estou pedindo para que não seja arquivado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não será arquivado. Nós vamos aguardar que V. Exa. encaminhe o requerimento com 28 assinaturas.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e da pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CECE. (**Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 449/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa dispor sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 449/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa dispor sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, como se pode observar pela análise procedida pela Coordenadoria de Assessoramento Legislativo o projeto de lei em questão está em conformidade com a Constitui-

ção Estadual e Federal, encontrando-se portanto, em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 449/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 449/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

O projeto é meritório e encontra-se de acordo com as disposições constitucionais pertinentes e visa facilitar a contratação pelas entidades de ensino superior estaduais de instituições criadas com a finalidade de dar apoio aos programas de pesquisa desenvolvidos

O projeto apresenta apenas falhas de redação técnico-legislativa que estão sendo corrigidas na emenda em anexo nos termos ao artigo 138, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 449/2001

“Art. 1º -

Parágrafo Único - Não poderão ser contratadas entidades onde os fundadores, diretores ou associados sejam parentes afins ou consanguíneos até o segundo grau dos diretores ou professores da instituição estadual de ensino superior contratante”.

“Art. 2º - As instituições a que se refere o artigo 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro e sujeitas, em especial:”

“Art. 4º -

§ 3º - É vedada a utilização dos contratos referidos no *caput* para a contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem

serviços ou atender necessidades de caráter permanente das instituições estaduais contratantes.”

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Quero que fique registrado o voto contrário do deputado Cezar Silvestri, e a pedido dos deputados Marcos Isfer e Ângelo Vanhoni.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção de Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT. (Publ. no DA nº 134/2001, de 26.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 486/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, o projeto em questão autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre o projeto de lei, sendo o mesmo autorizatório e tendo verificado que anexado ao mesmo encontra-se o plano de Controle Ambiental, juntamente com diversos outros documentos, opinamos pela sua normal tramitação nesta Casa, pelo que somos de parecer favorável, encaminhando-o à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para análise e parecer, mediante documentação exigida a aprovação do projeto (conforme artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 225, parágrafo 1º, IV da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 486/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção de Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do

Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. No entanto sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 449/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e Lapa.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pela sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos tributários a empresas que executem programas habitacionais para seus funcionários. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. CF E CAIC. (Publ. no DA nº 007/2002, de 27.02.2002.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 077/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 77/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos tributários a empresas que executem programas habitacionais para seus funcionários.

Trata-se de matéria autorizatória.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 77/2002.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 077/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a

conceder incentivos tributários a empresas que executem programas habitacionais para seus funcionários.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Antonio Carlos Belinati, manifestou-se favoravelmente a aprovação do projeto, relativamente a constitucionalidade e legalidade, principalmente por tratar-se de matéria autorizatória, chamado à manifestação de mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos meritório o projeto e emitimos parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 077/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, visa autorizar o Poder Executivo a conceder incentivos tributários a empresas que executem programas habitacionais para seus funcionários.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1615, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 077/2002.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o dispositivo que especifica da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982. (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 012/2002, de 06.03.2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 082/2002

P A R E C E R :

Para exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 082/2002, que visa adaptar o artigo 176 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 à norma estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 51/85, no

que respeita à aposentadoria especial conforme disposto no parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal.

Por iniciativa do nobre deputado Hermas Brandão, o presente projeto pretende corrigir omissão do Poder Executivo que até o presente momento não cuidou de disciplinar a norma constitucional acima citada, que dispõe:

“Art. 40 -...

§ 4º - É vedado a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar”.

Não resta dúvida que tal norma é de eficácia contida, porque pendente de lei complementar que a regulamente. Todavia, no caso específico dos policiais civis, essa lei já existe, ou seja, a Lei Complementar Federal nº 51/85, que trata da aposentadoria especial.

Restaria dúvida quanto a saber se a atividade policial civil se enquadraria como risco à saúde e à integridade física. A resposta encontraremos no artigo 40 da Lei Complementar Estadual nº 89/2001 que alterou parcialmente a Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil), onde estabelece que:

“A função policial civil é considerada perigosa, com prejuízo à saúde, à integridade física e de natureza eminentemente técnica especializada, para todos os efeitos legais.”

O referido Estatuto, estabelece ainda, no seu artigo 176:

“O servidor policial civil será aposentado:

...

II - a pedido, depois de 35 anos de serviço;

...

§ 2º Na forma da legislação federal competente, atendendo à natureza especial do serviço, poderá ocorrer a redução dos limites para a aposentadoria, estabelecidos nos itens II e III, deste artigo.”

Tal lei federal já existe - Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985 - que em seu artigo 1º, assim dispõe:

“O funcionário policial será aposentado:

I - Voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de serviço em cargo de natureza estritamente policial”.

As carreiras policiais estão definidas no artigo 13 do Estatuto da Polícia Civil.

Da simples interpretação literal e sistemática dos citados dispositivos legais, há que se reconhecer de pleno direito a vigência da aposentadoria especial dos policiais civis, nos moldes estatuídos na Lei Complementar nº 51/85, esta sem sombra de dúvidas, recepcionada pela nova ordem constitucional, salvo quando estabelece como requisito de aposentadoria o tempo de serviço, o que conflita com a reforma previdenciária implementada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que estabelece,

nessa matéria, não mais tempo de serviço e sim “tempo de contribuição”.

Há que se ressaltar que o projeto do nobre deputado Hermas Brandão, no seu texto, segue a norma contida na Lei Complementar Federal nº 51/85, apenas adaptando-a a Emenda Constitucional nº 20/98, quando substitui a expressão “tempo de serviço” por “tempo de contribuição”. (Anexo I - cópia da LC 51/85)

A alteração é pertinente em que pese vários Estados da Federação, bem como a própria União reconhecer a vigência e a aplicabilidade da Lei Complementar Federal nº 51/85 nos seus exatos termos. Entendimento seguido pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná e Secretaria de Estado da Administração. Quanto a esta é importante transcrever a conclusão dada no Parecer contido no Of. nº 1.156/2.000 GB de 14 de agosto de 2.000, assinado pelo Dr. Ricardo Augusto Cunha Smitink, atual secretário de Estado da Administração e atual diretor de Assuntos Previdenciários do ParanaPrevidência:

“Em nosso entendimento, a Lei Complementar nº 51/85 (dispõe sobre aposentadoria de funcionário policial), foi recepcionada em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 40 da CF 88 (Emenda Constitucional nº 20/98), sobretudo pelo que dispõe a Segunda parte deste parágrafo assim redigido: “(...) ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar”.

Afora isto, o artigo 40 parágrafo 4º, da CF/88 trata de aposentadoria especial, conferida àqueles que desempenham suas atribuições em atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do servidor.

(Anexo 2 - cópia do Parecer na íntegra).

No mesmo sentido é o entendimento do Judiciário Paranaense que se manifestou na Ação Declaratória nº 37.510 em que reconhece a relação jurídica entre o que estabelece a Lei Complementar nº 51/85 e as carreiras de delegado de polícia, conforme dispõe:

“Se a aposentadoria especial é concedida em face da natureza da função policial e esta, efetiva ou potencialmente, está sujeita a risco, não há como negar que a lei complementar em comento é compatível com a Constituição Federal...”

Ante o exposto, julgo Procedente a presente ação para o fim de declarar a existência de relação jurídica entre a Autora e os requeridos, por força da qual se aplicam aos associados da Requerente que satisfaçam as regras de aposentadoria especial veiculadas pela Lei 51/85, recepcionadas pelo novo ordenamento constitucional.” (Anexo 3 - cópia da sentença na íntegra.)

O acima transcrito deixa claro o entendimento do Judiciário paranaense de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 foi “recepcionada pelo novo ordenamento constitucional”. Não bastasse a manifestação do Judiciário Estadual, esse também é o entendimento da União, manifestado através da Secretaria Especial para Assuntos

de Previdência, ao estabelecer na Portaria MPAS 4.992 de 05 fevereiro de 1999, que dispõe, em seu artigo 16, § 2º: “Fica vedado a concessão de aposentadoria especial até que lei complementar federal disponha sobre o tema, com exceção da aposentadoria especial prevista na Lei Complementar nº 51 de 20 de dezembro de 1985, recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1998”. (Anexo 4 - cópia da Portaria na íntegra).

Não resta a menor dúvida que a iniciativa do nobre deputado Hermas Brandão, quando cuida de suprir lacuna ou omissão do Executivo acerca de matéria de tão alta relevância, era mais que necessária, era de justiça para com a classe dos policiais civis, atentando para o que dispõe a reforma previdenciária estatuída pela Emenda Constitucional nº 20/98. Pelo que não é de se entender que o presente projeto de lei ferir a Constituição Estadual, naquilo que se refere à iniciativa de lei, desde que pretende o mesmo tão somente adaptar o artigo 176 da Lei Complementar nº 14/82 às novas normas constitucionais já referidas. Inclusive atualizando o diploma legal que, editado em época na qual o exercício da atividade policial era um monopólio masculino, não incluindo em suas disposições as condições distintas para a aposentadoria da mulher, reconhecida na Constituição de 88, procurou-se seguir o modelo constitucional mantendo-se a igualdade entre os sexos no limite da aposentadoria compulsória.

Este relator, que há mais de 30 anos convive no dia-a-dia com os policiais civis, conhece pela prática o quanto a “função do policial civil é perigosa, com prejuízo à sua saúde e integridade física”, como tem conhecimento das muitas injustiças governamentais cometidas, ao longo dos anos, contra a classe policial. Nesse sentido, vale lembrar, fomos nós que apresentamos diversas emendas ao projeto que resultou na Lei Complementar Estadual nº 89/2001 e entre as aprovadas, a que consagrou o artigo 40, que embasa o presente projeto. Pelo que não poderia ser outro o pensamento deste Relator, após buscar os elementos legais que nortearam os estudos relativos a elaboração deste Parecer, se não o de entender que se está corrigindo a falta daqueles que deixaram de disciplinar esta matéria.

Por tudo isso é muito mais, é que este relator dá a este projeto de lei complementar o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 082/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por finalidade alterar dispositivo que especifica da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná).

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Algaci Tulio, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende meritória a iniciativa e manifesta-se favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 107/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 107/2002

P A R E C E R :

Da lavra do nobre deputado Hermas Brandão, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que especifica.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça nos aspectos constitucional e legal. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças manifestar-se seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, desta Casa de Leis, esclarecemos, ainda que, como consta na própria justificativa, o projeto corrige a falta de utilização da área e proporcionará aos habitantes do município e região, um centro recreativo.

Desta forma o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 107/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação e, considerando a intenção de uso para o lazer, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.2002.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce alínea "D" ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, de 1998, que institui o Parana Previdência. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2002, de 01/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 164/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por finalidade acrescentar alínea "d" ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, que institui o Parana Previdência.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1614, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 164/2002.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza a construção de Usina Termoeletrica no município de Carambeí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado.** Com voto contrário da Ban-

cada do PT e do deputado Nereu Moura. **(Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 196/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, visa autorizar a construção de Usina Termoeletrica no município de Carambeí.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 196/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade autorizar a construção de Usina Termoeletrica no município de Carambeí.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Ademar Traiano, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação. A implantação efetiva da usina fica sujeita ao projeto técnico de impacto ambiental, a ser elaborado pela autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Este relator, chamado à manifestação exigida pelo parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende meritória a iniciativa, emitindo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 196/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo autorizar a construção de Usina Termoeletrica no município de Carambeí.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pela sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2002, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$482.763,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 13.386, de 21/12/2001, visando realizar obras para o sistema penitenciário estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2002, de 16/02/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$482.763,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 13.386, de 21/12/2001, visando realizar obras para o Sistema Penitenciário Estadual.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 220/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$482.763,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 13.386, de 21/12/2001, visando realizar obras para o Sistema Penitenciário Estadual.

Considerando que a pretendida suplementação orçamentária tem por fonte um superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Penitenciário FUPEN, em 2001, e considerando a efetiva necessidade de realização de obras no sistema penitenciário do Estado, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 220/2002

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 220/2002, de autoria do Poder Executivo, que aprova abertura de crédito

suplementar no valor de R\$482.763,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 13.386, de 21/12/2001, visando realizar obras para o Sistema Penitenciário Estadual.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairros Bela Vista e Jardim Moreira, com sede no município de Maripã e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 280/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Bairros Bela Vista, com sede no município de Maripã e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual IV Centenário - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Quarto Centenário e foro em Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2002, de 08/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 305/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Esta-

dual IV Centenário - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rancho Alegre - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro em Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 56/2002, de 08.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rancho Alegre - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Servidores Públicos - APSEP, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2002, de 14.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 319/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utili-

dade Pública a Associação Paranaense dos Servidores Públicos, com sede no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2002, de autoria do deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Nodari II - ASMOVI, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2002, de 14.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 322/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Nodari II - ASMOVI, com sede no município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três, com sede no município de São Pedro do Iguaçu e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 327/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três, com sede no município de São Pedro do Iguaçu, e foro no município de Toledo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APMI do município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, há uns dez dias tínhamos um requerimento e que a pedido o líder Durval Amaral, foi registrado. O mesmo propunha a convocação do secretário de Administração para vir à Assembléia explicar os termos do Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo.

Naquela oportunidade, ficou mais ou menos entendido que nesta semana o secretário viria. Inclusive, amanhã de manhã, teremos uma audiência pública no plenarinho da Casa para discutir esse assunto.

Gostaria que V. Exa. nos informasse se algum ajuste já foi feito para a vinda do secretário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos entrar em contato com o secretário e pedir que se marque, ainda nesta semana, a sua vinda a este plenário.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1521, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1526, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1534 e 1535, de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1562, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1563, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1566, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1568, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1569, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1570, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1571, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1572, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1573, 1578 e 1594, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1574, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1580 a 1583, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1584, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1589 e 1591, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1596 a 1600, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1601 a 1604, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1606, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1607 a 1613, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1616, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1618 e 1619, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1620, de autoria dos senhores deputados Waldyr Pugliesi, Irineu Colombo, Algaci Tulio, Nereu Moura, Cezar Silvestri e demais deputados, constantes do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 1586, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1587, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1590, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, se V. Exa. concordar, entrei em contato neste momento com o secretário da Administração, Dr. Ricardo, para que na próxima segunda-feira, possa vir à Assembléia Legislativa, muito especialmente a este plenário, expor o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Estado do Paraná, que já se encontra nesta Assembléia para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está marcado no Pequeno e no Grande Expedientes de segunda-feira, a presença do secretário Ricardo, para expor o Plano de Cargos e Salários mandado para esta Casa.

Requerimento nº 1621, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Não será pedido para discutir!

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para comunicar aos nobres parlamentares Edson Strapasson, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli e Neivo Beraldin, que a Comissão que trata da negociação entre a Renault e a empresa J. Gabardo, tinha uma reunião marcada para agora, às 16h00, e para tal, foram convidados os diretores da Catalog e da própria Renault para que aqui viessem perante a Comissão, para tentar uma intermediação.

Lamentavelmente a Comissão recebe um fax informando que as pessoas, os diretores não poderiam estar presentes nesta data, razão pela qual então, fazemos um novo convite e o faremos oficialmente ainda hoje, para que na próxima terça-feira, às 17h00, os diretores da Catalog e da Renault estejam aqui na Assembléia, numa deferência especial a esta Casa, que até votou o título de cidadão honorário ao diretor-presidente da Renault. E essa Comissão apenas quer intermediar, não quer se confrontar, para chegar num denominador comum, para evitar maiores conseqüências.

Parece que não está havendo muito interesse por parte da Renault e por parte da Catalog em serem ouvidos aqui pelos deputados que fazem parte dessa Comissão.

Então vamos convidá-los para terça-feira. Se não atenderem este convite, a Comissão vai tomar outras medidas que forem necessárias.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos senhores parlamentares que amanhã no Grande Expediente estaremos recebendo aqui, conforme requerimento aprovado, o reitor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Carlos Moreira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 194, 216 e 256/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 402/2000, 568/2001 e 252/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 439/2000 e dos Projetos de Lei nºs 129, 147, 178, 347, 354, 449, 486/2001, 082, 107, 196, 220, 280, 305, 306, 319, 322, 327 e 337/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 686/2001, 299/2002 e do Projeto de Resolução nº 009/2002.

Levanta-se a Sessão.